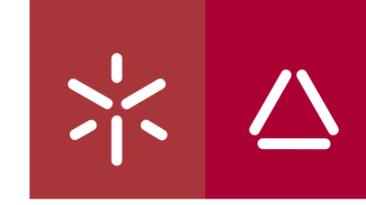


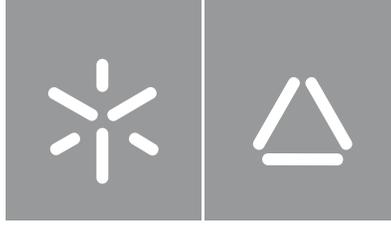


Luísa Maria Cunha Ribeiro

Nem o extremo nos endireita: a ameaça à liberdade feminina nos partidos CHEGA (Portugal) e VOX (Espanha)

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luísa Maria Cunha Ribeiro

Nem o extremo nos endireita: a ameaça à liberdade feminina nos partidos CHEGA (Portugal) e VOX (Espanha)

Dissertação de Mestrado
Sociologia - Especialização em Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Jean-Martin Rabot

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

“Temos um mundo de mulheres que não conseguem respirar livremente, porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem aos outros.”

Chimamanda Ngozi Adichie

A todas as mulheres que mudaram a nossa história, a todas as mulheres que lutam para fazer mais feliz essa história, e à Mulher minha Mãe. Aos meus, que eu amo, e que me amam de volta.

Com amor,

Luísa

Agradecimentos

No âmbito da minha Dissertação de Mestrado, intitulada “Nem o extremo nos endireita: a ameaça à liberdade feminina nos partidos CHEGA (Portugal) e VOX (Espanha), tive a oportunidade trabalhar a temática do populismo nos partidos de extrema-direita e o perigo que representam para as questões de género.

Para a realização desta investigação, pude contar com uma maravilhosa orientação do Professor Doutor Jean-Martin Rabot que, desde o início se mostrou disponível para acompanhar o meu trabalho, tendo sido sempre muito presente e dedicado ao longo de todo o percurso. O meu Muito Obrigada, Professor! Para além de um excelente profissional, é um ser humano fantástico.

Ao ICS, a todos os professores e funcionários que sempre estiveram disponíveis para me esclarecer, motivar e apoiar. Um beijinho de agradecimento a todos!

À minha família. Agradeço muito aos meus pais o incentivo e apoio para que sempre estudasse e pudesse ir o mais longe possível. Ao meu irmão, que fica sempre orgulhoso pelas minhas conquistas e, apesar das turras, está para mim e para me ajudar. Agradeço-vos muito e gosto muito de vocês! Ah e não me posso esquecer da Nina, a minha cadelinha, que me deu muitos mimos e foi um respiro mágico nos momentos de maior desânimo, que também fazem parte desde caminho. À Maya, uma cadelinha que já não está cá, mas que fez parte da minha vida durante 10 anos e continuará a fazer. Ela será sempre parte.

Aos meus colegas e amigos, que me acompanharam e que são muito especiais na minha vida: Rafa, Raquel, Juliana, Yaqun, Paula, Felipe, Sérgio e a todos os que estiveram presentes nesta etapa. Um Obrigada gigante a todos vocês que fizeram parte!

Ao Hugo, alguém muito especial na minha vida e que me acompanhou e ajudou sempre! Foi incrível em todos os momentos e ser-lhe-ei sempre grata. “Diante da vastidão do tempo e da imensidão do universo, é um imenso prazer para mim dividir um planeta e uma época contigo.” Gosto muito de ti!

Guardarei comigo, para sempre, o melhor desta casa que é a Universidade do Minho, do ICS, que é uma verdadeira família e, deste curso, a Sociologia, que é um mundo de possibilidades! Espero que não seja um adeus. “Até já”!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

A presente dissertação, realizada no âmbito de Mestrado em Sociologia – Especialização em Políticas Sociais, tem como título: “Nem o extremo nos endireita: a ameaça à liberdade feminina nos partidos CHEGA (Portugal) e VOX (Espanha)”.

Para uma compreensão do fenómeno do populismo na sua relação com as questões de género, foi realizada uma revisão da literatura nas áreas da sociologia, filosofia e história.

Para o propósito deste trabalho foi adotada a metodologia qualitativa, e foram recolhidos e analisados discursos antifeministas dos contextos políticos de extrema-direita português e espanhol, nos partidos CHEGA e VOX, respetivamente. Os principais objetivos foram: mostrar a atuação do populismo em relação a políticas excludentes, discriminatórias e sexistas; e o perigo consequente que os partidos de extrema-direita representam para as mulheres, subordinando-as aos valores morais e políticos de uma “velha ordem”. Esta dissertação pretende também mostrar como as minorias são indesejáveis para os ultraconservadores, facto presente na constante tentativa de ridicularizar as questões de identidade e autodeterminação de género, bem como a orientação sexual e a educação sexual.

Posteriormente, foi levada a cabo uma comparação do contexto político ultra-conservador português e espanhol, apresentando os seus principais pontos em comum que versam sobre: violência, discriminação, machismo, sexismo, homofobia, misoginia e atitudes em relação às questões de género, movimentos feministas e comunidade LGBT+.

Por fim, é deixada uma proposta de reflexão para que, refletindo sobre estas dinâmicas, possamos atuar de modo a travar a onda de violência de género que a extrema-direita está a propagar.

Palavras-chave: desigualdades; extrema-direita; feminismo; poder; populismo

Abstract

This dissertation, carried out under the Master's Degree in Sociology – Social Policies pathway, is named: “Not even the extreme will set us right: the threat to women's freedom in CHEGA (Portugal) and VOX (Spain) political parties”.

For an understanding of the populist phenomenon and its relation with gender issues, a literature review was carried out in the fields of sociology, philosophy and history.

Qualitative methodology was adopted, while antifeminist discourses from the Portuguese and Spanish extreme-right political contexts, in the CHEGA and VOX parties respectively, were collected and analyzed. The purposes of this study were: to show populist strategies concerning exclusionary, discriminatory and sexist policies; and the dangers that far right political parties represent for women, subjecting them to moral and political values of an “old order”. This research also intends to present how minorities are undesirable for the ultra-conservatives, proved by their constant attempt to ridicule issues of gender identity and self-determination, as well as sexual orientation and education.

Thereafter, a comparison of the Portuguese and Spanish ultra-conservative political contexts was undertaken, presenting their main common points: violence, discrimination, sexism, homophobia, misogyny and attitudes regarding gender issues, feminist movements and the LGBT+ community.

Lastly, a proposal for reflection is presented, so that by reflecting about these dynamics one can act to stop the wave of gender violence which the far right is spreading.

Keywords: inequalities; far right; feminism; power; populism

Índice

Introdução	1
1. Revisão da literatura	3
1.1- Abordagem histórica e social do papel dos homens e das mulheres na sociedade. ...	3
1.1.1- Reflexões acerca da teórica social de Simone de Beauvoir	3
1.1.2. Bauman e os tempos líquidos pós-modernos – os direitos e liberdades são líquidos.	5
1.2- Vivemos na sociedade do desprezo: Desprezam-se classes, etnias e géneros.....	5
2. “As Mulheres não são ideais”: os movimentos feministas contra a ditadura portuguesa e espanhola	7
2.1- Contexto social da ditadura em Portugal e Espanha e o impacto na vida das mulheres ...	7
2.1.1- O Estado Novo em Portugal.....	7
2.1.2- A Era de Franco	10
3. O impacto dos movimentos feministas depois da opressão do poder e a liberdade das mulheres.....	13
3.1- Os movimentos de mulheres em Portugal	13
3.2- Os movimentos de mulheres em Espanha.....	15
4. “A opressão é violência”: as forças repressoras da extrema direita e as mulheres.....	18
4.1- O poder está em todo lugar.....	18
4.1.1- Michel Foucault e as relações de poder	18
4.1.2- As forças repressoras do Estado Novo - A PIDE	19
4.1.3- A desigualdade de género e a PIDE	19
4.1.4- As tropas franquistas	21

5. O populismo	24
5.1- O que é o populismo?	24
5.2- Populismo, Sexismo e Xenofobia : Qual a relação?.....	28
6. A Metodologia	33
6.1- Problemática e Objetivos do trabalho.....	33
6.2- Justificativa da utilização da metodologia qualitativa	33
6.3- Técnica de tratamento de informação	34
6.4- Constrangimentos, Limites e Validade	35
7. Análise de discursos antifeministas dos partidos CHEGA e VOX.	37
7.1- Casos práticos de análise em relação ao partido CHEGA (contexto português).	37
7.1.1- Polémica do batom vermelho nas eleições presidenciais portuguesas 2021 (#VermelhoemBelém).	37
7.1.2- Voto de congratulação do CHEGA à Hungria sobre a lei LGTB.....	39
7.1.3- Proposta do CHEGA de uma reforma profunda na educação para o fim de ideologias de inclusão e de género	42
7.1.4- A questão do aborto.....	47
7.2- Casos práticos de análise em relação ao partido “VOX” - contexto espanhol	50
7.2.1- Lei trans (perspetiva VOX)	50
7.2.2- Tentativa de eliminação de um mural feminista em Madrid - Movimento “No mural não se toca”	53
7.2.3- Deputada do VOX compara feminismo a um cancro.	56
7.2.4- A questão do aborto.....	57
8. Apresentação e Discussão dos resultados.....	60
Considerações Finais.....	67
Bibliografia.....	70
Webografia.....	73

Índice de figuras

Figura 1: A mulher ideal. Revista Menina e Moça, N.9, janeiro de 1948.....	9
Figura 2: Guia de la Buena Esposa, 1953.	11
Figura 3: Mural Feminista em Madrid.....	53
Figura 4: Protesto dos vizinhos do bairro de Madrid contra a proposta do VOX para a eliminação do mural feminista. "No mural não se toca".....	55

Lista de Siglas

LGBT+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e mais.

MLM: Movimento de Libertação das Mulheres.

NOW: National Organization for Women

O.M.E.N: Obra das Mães pela Educação Nacional.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PACS: *Pacte Civil de Solidarité* (Pacto Civil de Solidariedade).

PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol.

Introdução

O populismo, ao longo dos últimos tempos, tem-se tornado um fenómeno cada vez mais crescente em várias partes do mundo e aqui na Europa. A tomada de poder por líderes populistas alterou significativamente as dinâmicas sociais e políticas e essas têm vindo a ser discutidas com preocupação de forma quase diária nos meios de comunicação.

Deste modo, neste trabalho, irei debruçar-me sobre a influência que o populismo de extrema-direita exerce nas mulheres no que respeita à sua liberdade e intimidade, e como estas correntes conservadoras podem destruir completamente o lugar de fala dos grupos considerados minorias, como é o caso da comunidade LGBTQ+. Apesar do populismo estar a captar a atenção e o olhar de cada vez mais pessoas, ele é ainda escasso em matéria quando relacionado com o feminismo e grupos que são um alvo de ataque constante destes regimes.

Assim, o tema oficial da minha Dissertação de Mestrado em Sociologia é : “Nem o extremo nos endireita: a ameaça à liberdade feminina nos partidos CHEGA (Portugal) e VOX (Espanha)”. Pretende-se, com o presente estudo, mostrar a atuação do populismo em relação a políticas excludentes, discriminatórias e sexistas; tentar encontrar soluções para erradicar estes comportamentos violentos que os grupos extremistas exercem sobre os direitos e autodeterminação das mulheres e que afetam a sua liberdade e dignidade humana; apurar o nível de abertura e preparação que a sociedade exerce relativamente a fenómenos de violência e desigualdade; perceber a evolução dos ativismos surgidos desde os intelectuais até às massas, com fim a colocar uma rutura a grupos monopolistas que se fazem valer cada vez mais na Europa, colocando as mulheres numa situação de vulnerabilidade inesgotável e, acima de tudo, provocar uma reflexão profunda sobre o que está a acontecer politicamente à nossa volta e o impacto desses fenómenos nas nossas vidas.

Neste sentido, estabeleci como uma prioridade a exposição, reflexão e o debate teórico que realizaram grandes estudiosos acerca objeto de estudo em análise, quer do populismo, quer do género.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo foi organizado num enquadramento teórico, onde foi feita uma revisão da literatura e apresentados e definidos vários conceitos em relação ao populismo, questões de género, desigualdades. O enquadramento teórico está dividido em dois momentos históricos que se separam no tempo. Primeiramente, uma abordagem aos tempos da ditadura Salazarista em Portugal, e da ditadura Franquista, em Espanha. Os papéis da mulher e a violência

excessiva que com elas foi praticada, está retratada não só em estudos, mas também em relatos das próprias que foram reunidos em Arquivo de meios de comunicação social. Num segundo momento, será apresentada uma explicação do populismo atual, das suas estratégias comuns e do seu *modus operandi*, desde os Estados Unidos até aos vários países Europeus que têm adotado este modo de vida política.

Metodologicamente, optarei pela metodologia qualitativa com a elaboração de uma análise sociológica do discurso e do conteúdo. Serão recolhidos discursos e práticas de ação antifeministas reproduzidos pelos partidos CHEGA e VOX, revelando assim o perigo que representam para as mulheres e para todos os domínios que as envolvem. Esses discursos estão associados a casos de ações políticas propostas e realizadas por estes partidos e todos os casos serão discutidos particularmente e, ao mesmo tempo, numa comparação entre dos contextos português e espanhol. A escolha do contexto espanhol deve-se à minha participação no Programa Erasmus+ em 2020/2021, na Universidade da Corunha, em Espanha. O Mestrado em Sociologia na Especialização em Género e Políticas de Igualdade, e as vivências *in loco*, com a oportunidade de observar os movimentos políticos de perto, tal como uma local praticamente, são experiências que me permitem ter uma noção da realidade política e feminista espanhola que, de outra forma, não seria tão possível. Daí considerar que este fator de comparação é bastante enriquecedor para conteúdo deste trabalho.

De seguida, serão apresentadas a apresentação e discussão dos principais resultados acerca de ambos os contextos e, por último, as considerações finais desta dissertação, com as principais conclusões que poderemos reter numa perspetiva contribuidora dos casos metodológicos à teoria trabalhada.

1. Revisão da literatura

1.1- Abordagem histórica e social do papel dos homens e das mulheres na sociedade.

1.1.1- Reflexões acerca da teórica social de Simone de Beauvoir

A problemática de estudos sobre a extrema direita e os fenómenos a ela associados têm sido, nas últimas décadas, objetos de estudo de elevada centralidade para as ciências sociais, nomeadamente para a sociologia. São vários os sociólogos que têm prestado o seu contributo para a explicação destes fenómenos sociais, escrevendo obras de grande relevo, artigos e pesquisas de investigação envolventes relativamente a esta temática.

Mediante uma procura de bibliografia e casos práticos de estudo que explorei, pude constatar que existem já alguns trabalhos elaborados nesse sentido, aprofundando-se em aspetos gerais e específicos da relação entre política e feminismo. São essencialmente sociólogos da contemporaneidade que se dedicam ao estudo desta realidade social com mais afinco, uma vez que, são questões e abordagens delicadas e ainda motivo de grande polémica face aos contextos culturais, sociais e políticos sob os quais estamos mais direta ou indiretamente cercados. Contudo, apesar de grandes avanços nesta matéria, há uma vertente da ainda bastante desconhecida e pouco estudada – o estudo concreto da ameaça à liberdade feminina pelos partidos VOX (Espanha) e CHEGA (Portugal). É precisamente neste “ramo” da extrema direita que me irei debruçar na redação deste enquadramento teórico, pois é de extremo enriquecimento material para a minha intenção de tese, sendo este o tema da mesma.

Antes de iniciar concretamente a concetualização da relação entre extrema direita e feminismo, considero que é essencial recuar a tempos mais clássicos no que diz respeito ao papel dos homens e das mulheres na sociedade, pois a posição e o papel que ocupam socialmente, influencia em grande medida a explicação para a envôlência em determinadas formas e condutas de vida adotadas. Assim, tendo em conta esta conjetura, faz todo o sentido referenciar a filósofa e teórica social Simone de Beauvoir.

Beauvoir teve um papel preponderante na evolução da história em vários sentidos, contudo foi na história das mulheres e do feminismo que concentrou grande parte da sua ação, intervenção e escrita. Simone de Beauvoir e o seu companheiro Jean-Paul Sartre assumiram um pacto amoroso que

implicava a existência de amores contingentes, o envolvimento com outras pessoas, homens e mulheres, preservando, acima de tudo, a independência que ambos, mais do que admirar, necessitavam. A fome de liberdade foi a característica que mais os definiu, e as suas obras eram nitidamente o espelho das suas reflexões, dos seus sentimentos, estímulos e visões do mundo. Também a ideia de casamento e de compromisso não se enquadrava nas vontades que expectavam, aliás o casamento não era de todo algo a considerar, sendo até encarado como um ato abominável e repugnante. “Não são as pessoas que são responsáveis pelo falhanço do casamento, é a própria instituição que é pervertida desde a sua origem.” (Beauvoir, 1949). Ao refletir o pensamento apresentado pela autora, podemos constatar que, segundo Beauvoir, a união por via do matrimónio é completamente descabida, culpando assim a própria instituição como responsável pelo falhanço de relações amorosas e afetivas, demonstrando novamente o desejo de descompromisso, desprendimento e uma autonomia estonteante.

A sua obra mais conhecida e também mais polémica foi *O Segundo Sexo*, publicada em 1949, altura em que o mundo, sobretudo os países europeus, se encontravam em grande estado de fragilidade devido ao marco da Segunda Guerra Mundial, e a questão feminina não era reconhecida por grande parte como debate prioritário, embora possamos e devamos reconhecer que, na época, a questão feminina necessitava de máxima centralidade e preocupação, numa sociedade tão patriarcalista que se perpetua até hoje, apesar de bastantes melhoramentos que se sucederam.

De seguida, passarei a apresentar e a explorar a matéria que tem vindo a ser trabalhada pelos autores mais atuais da contemporaneidade, porém, esta luz da autora que fez (re)nascer o feminismo de uma forma preponderante, revitalizante e fomentadora é, sem dúvida, essencial para a noção da posição dos homens e das mulheres na sociedade, já que o *status* é variável condicionante explicativa dos estilos de vida adotados e, muito especificamente, dos comportamentos designados desviantes, como o caso das revoluções femininas contra o poder político que as reduz e exclui as suas vozes e lhes rouba presença.

1.1.2. Bauman e os tempos líquidos pós-modernos – os direitos e liberdades são líquidos.

Zygmunt Bauman foi um sociólogo polaco e professor emérito das Universidades de Leeds e Varsóvia, um dos autores da esfera social e sociológica que marcou a contemporaneidade. Foi um estudioso “omnívoro” e completo, investigou um pouco de tudo, todavia debruçou-se fundamentalmente sobre o estudo da Pós-Modernidade, mais conhecida como “Modernidade Líquida”, expressão por si designada.

A célebre frase: “Vivemos tempos líquidos, nada é feito para durar” (Bauman, 2007) é o fiel retrato da nossa sociedade. O dinheiro é líquido, o tempo é líquido, o medo é líquido, a cultura, as ideias, a vida, o jogo, o saber, e até o amor, as lutas, a liberdade e os direitos são líquidos. As características que realçam e marcam a Modernidade Líquida, contradizem o senso da sua predecessora Sólida Moderna, onde predominavam as estruturas e muros sólidos, relações sólidas, laços sólidos. Hoje, nem sequer há laços! A liquidez humedeceu os laços, desfazendo-os, rasgando-os. Os direitos e liberdades femininas, uma vez conquistados, não estão garantidos. A democracia também não é sólida, e o que os tempos atuais nos vêm revelar é que a luta pela autodeterminação e um lugar de fala no domínio público e ser conquistados de forma permanente, pois a história é cíclica, e se não assegurarmos a nossa liberdade, facilmente nos é roubada.

1.2- Vivemos na sociedade do desprezo: Desprezam-se classes, etnias e gêneros

Alex Honneth, sociólogo alemão, acendeu os debates sobre a noção de reconhecimento nas suas obras *La Lutte pour la reconnaissance* e *La société du mépris*, onde demonstra que as “patologias sociais” não podiam ficar associadamente limitadas ao problema das desigualdades, mas devem-se antes às condições fundamentais que permitem uma vida estável e bem sucedida.

“*La société du mépris*”, reúne textos de jovens ao longo de 10 anos acerca do problema que tratam. O mais antigo “*Les pathologies du social*” é:

“(…) uma tentativa de fazer reviver essa tradição da crítica das patologias sociais tal como foi defendida, a partir de Rousseau, por teóricos da sociedade tão diferentes quanto Hegel, Marx e Weber, e até por membros da Escola de Frankfurt. Contra a tendência a reduzir todas as questões normativas concernindo desde a ordem social ao problema da justiça, esses autores insistiram sobre o fato de que uma sociedade pode também fracassar em um sentido mais global, a saber, em sua capacidade de assegurar aos seus membros as condições de uma vida bem-sucedida. Eu descrevo

como patologias sociais as deficiências sociais no seio de uma sociedade, as quais não decorrem de uma violação dos princípios de justiça comumente aceitos, mas de danos às condições sociais de auto-realização individual.” (Honneth, 2006, p. 35).

Através das palavras de Honneth, podemos refletir sobre a questão e fundamentação da justiça social: Nascemos todos com as mesmas oportunidades? O lugar onde nascemos e a sua realidade social condiciona as nossas escolhas? O nosso género determina-nos?

Ora, as patologias sociais como Honneth define são problemas sociais numa sociedade que acaba por interferir diretamente na individualidade de cada um, e por consequência, nas “escolhas” ou caminhos forçados que muitos grupos, pela condição vulnerável em que se veem confrontados a seguir. É uma questão não só de não cumprimento com a norma estabelecida numa dada sociedade, seja de forma legal, política, cultural, moral, mas também uma frustração com uma realização que não puderam sentir, pelo caminho que lhes foi dado a tomar e não propriamente que tenham decidido por sua decisão enfrentar.

2. “As Mulheres não são ideais”: os movimentos feministas contra a ditadura portuguesa e espanhola

2.1- Contexto social da ditadura em Portugal e Espanha e o impacto na vida das mulheres

2.1.1- O Estado Novo em Portugal

Por mais de 40 anos vigorou em Portugal um regime ditatorial fascista: o Estado Novo. Desde 1933 até 1974 o governo Salazarista esteve no poder, e como todo o Estado autoritário, controlava todas as formas de organização social e familiar. As condutas dos cidadãos, a educação, a única direção política possível, as decisões das suas vidas, estavam direta ou indiretamente submetidas aos ideais defendidos pelo poder.

Como em todas as formas de opressão, as mulheres foram e são a parcela da população mais afetada. Uma ideologia patriarcal e machista implementada politicamente, socializa as mulheres para cuidar do lar e dos seus filhos, a sua função natural é ser mãe e dona de casa, e ajudar o seu marido no quotidiano. Assim, as suas vontades, autodeterminação, emancipação e realização ficam condicionadas ou mesmo determinadas ao padrão da “mulher ideal”. Estas dificuldades para reconhecerem as mulheres como seres autónomos, independentes e capazes são visíveis a vários níveis: político, económico, social, cultural, individual, ético, moral, religioso e também profissional.

Neste trabalho pretendo, portanto, explicar como era ser mulher em tempos de ditadura e como essa opressão se traduziu posteriormente em respostas dos movimentos feministas para libertar as mulheres das amarras profundas do poder.

Apesar de, em Portugal, a Constituição de 1933 estabelecer o princípio da igualdade, na prática a lei não era a mesma para homens e mulheres. Sobretudo as mulheres casadas não podiam trabalhar nem ir para o estrangeiro sem autorização do chefe de família. A mulher perfeita ficava em casa, a manter a ordem e o asseio do lar, a cuidar de la educação dos seus filhos, numa doce submissão ao seu marido. As escolas seguiam estes valores, las raparigas eram educadas para as alegrias do casamento e não incentivadas para seguir o ensino secundário. O regime Salazarista providenciava cursos para formar o seu ideal feminino, como por exemplo a O.M.E.N (Obra das Mães para a Educação Nacional). Esta organização tinha como missão estimular a ação educativa de la família, assegurar a sua cooperação com a escola e preparar melhor as “gerações femininas” para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais nos termos da Constituição. Foi o ministro da

Educação Nacional, em 1936, o responsável pela criação desta Organização. Um dos seus grandes objetivos era contribuir de todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa. Assim, pretendia ajudar as mães para que os seus filhos fossem à escola, e elas terem tempo para cuidar das tarefas domésticas. Um dos apoios desta Organização na escola era fornecer gratuitamente a alimentação escolar.

A Guerra Colonial (1961-1974), foi também um grande impulso que reforçou a posição secundária das mulheres, pelo tanto que as mulheres “organizadas, colocaram-se ao serviço dos homens e puseram em prática os conhecimentos que o Estado e a Igreja lhes deram: cuidaram como mães, rezaram e deram apoio moral como boas católicas” (p.21). A trilogia “Deus, Pátria e Família”, assim como o ideal de um “Portugal rural” (existiam centros rurais de formação familiar para el trabalho doméstico, artesanato, trabalhos agrícolas), eram os princípios de vida impostos pelo regime, era importante criar uma dinâmica familiar e social com base nas práticas conservadoras da religião e da nação. Eram também atribuídas recompensas monetárias às famílias numerosas, como modo de incentivar o crescimento da família, evidenciando assim o papel e a função “natural” das mulheres.

Irene Pimentel, uma historiadora portuguesa, dedicou-se ao estudo do Salazarismo em Portugal numa vertente também de género. As suas obras como “Mocidade Portuguesa Feminina”; “História das Organizações Femininas do Estado Novo”; “A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo”, retratam a forma como as mulheres se tinham que se organizar politicamente, socialmente e colocar em prática na vida durante este regime.



Figura 1: A mulher ideal. Revista Menina e Moça, N.9, janeiro de 1948.

Fonte: <https://ilustracaoportuguesa.wordpress.com/2016/10/07/menina-e-moca-no-9-janeiro-1948-a-mulher-ideal/>

Em 1948, na Revista *Menina e Moça*, escreveu-se o que seria a mulher ideal aos olhos de um rapaz. Como se pode verificar, o descrito na imagem é uma consequência de uma visão que se tem vindo a replicar a cada geração até então. Todavia, e apesar das melhoras realizadas ao longo do tempo, se se pergunta a um rapaz hoje sobre as características da mulher ideal, creio que a concetualização não será muito diferente do referido nesta revista. A ideia de evolução social, por vezes, é mais aparente que real, ou seja, há uma necessidade de esconder determinados conservadorismos para não se ser atacado socialmente devido aos movimentos de crítica conservadora que hoje existem, entre os quais, o movimento feminista.

2.1.2- A Era de Franco

Desde 1939, fim da guerra civil, até 1975, Francisco Franco conduzia a ditadura espanhola. A Era de Franco, assim como o Estado Novo em Portugal, é a prova que as liberdades não são garantias, mas sim conquistas que têm que ser refeitas a todos os instantes. A história é feita de avanços e recuos e no que respeita às mulheres, sabemos que há que fazer um esforço extra para equilibrar as desigualdades de que são alvo.

A II República levou a cabo uma série de políticas de género com as quais entendia contribuir para a modernização da sociedade espanhola. As mulheres romperam pela primeira vez as barreiras que lhes impediam aceder aos direitos políticos, principalmente o sufrágio. Em 1931, a Constituição deu-lhes esses direitos assim como outras aberturas para a sua emancipação, tal como o divórcio, o acesso à cultura. O modelo de mulher estabelecido depois da Guerra Colonial, não correspondia a uma mulher emancipada, pelo contrário. A figura feminina tinha uma função muito secundária e invisibilizada. Ser mãe e dona de casa eram as tarefas principais das mulheres e nem no domínio privado o seu trabalho era reconhecido, continuando a ocupar um espaço marginal no domínio público.

A ditadura franquista quis impor um modelo de sociedade orgânica, regulada por uma política que negava às mulheres qualquer tipo de autonomia, elas deveriam sim manter a ordem moral e social e, por isso, estavam relegadas a um papel doméstico e subordinado. Ora, ao contrário do que se passou anteriormente, o regime de Franco desenvolveu todo um sistema desigual que excluía, por exemplo, que as mulheres pudessem participar em numerosas atividades, pois assim a mulher mantinha-se tradicional e não seguiria a tendência que a Europa estava a criar.

Em 1938, no Foro do Trabalho, uma das leis fundamentais do Franquismo: “O Estado proibirá o trabalho noturno das mulheres, regulará o trabalho ao domicilio e libertará a mulher casada da oficina e da fábrica”. Se a população em geral carecia de direitos e liberdades individuais, as mulheres tinham limitações redobradas. A escola e a própria Igreja educavam as mulheres para “proporcionar filhos à Pátria”. Criou-se também o protótipo de mulher: devia utilizar mangas largas, roupa que não realçasse os detalhes do corpo, nem curta ou transparente. As raparigas jovens também não podiam sair à noite, sem ser acompanhadas por um homem que não fosse da família.

Tal como no Salazarismo, o Franquismo definiu uma trilogia, mas uma trilogia nazi “Niños, Hogar, Iglesia” (“Filhos, Lar, Igreja”), ou seja, uma ideia totalmente antifeminista que não via a mulher como mais do que uma ama, e tudo isto se reforçou por considerarem que a educação primária seria suficiente para as mulheres.

A partir dos finais dos anos 50, Espanha abre-se um pouco ao mundo exterior. O processo industrializador do país abre as portas para a introdução de novas políticas que terão algumas alterações na lei, por exemplo, no final dos anos 50 e início dos anos 60, formula-se uma lei de não discriminação entre sexos, mas esta abertura é algo muito suave e não com grande impacto prático, uma vez que, dizia respeito às mulheres solteiras, pois as raparigas com menos de 21 anos teriam que prestar obediência aos pais - ou aos seus maridos – nos casos que saíssem do lar familiar antes dos 23 anos. Estavam assim por debaixo de uma tutela que as condicionava nas suas decisões profissionais, porque não podiam assinar um contrato de trabalho sem a autorização dos seus maridos ou mesmo abrir uma conta bancária própria e até ter bens no seu próprio nome.

Assim como em Portugal, os meios de comunicação publicavam o estereótipo da mulher ideal descritos pelos homens, em Espanha existia o “Guia de la Buena Esposa”. (“Guia da Boa Esposa”). Nesse guia estavam descritas as regras que as mulheres tinham que seguir para serem consideradas umas mulheres e esposas perfeitas. É surreal e assustador ao mesmo tempo, perceber como este tipo de ideologias proliferaram em vários países e como se criaram cânones e dogmas sobre a posição das mulheres até nos pontos mais pessoais das suas vidas.



Figura 2: Guia de la Buena Esposa, 1953.

Fonte: <https://www.tes.com/teaching-resource/la-gu-a-de-la-buena-esposa-de-franco-12079920>

Em 1953, eram estas as regras que se apresentaram às mulheres para cumprir o papel de boa esposa. Ter o jantar pronto, arrumar a casa, não se queixar, fazer o homem sentir-se no paraíso, estar sempre arranjada e os seus filhos também, são algumas delas. Os problemas dos homens eram mais importantes, o bem estar dos homens tinha que ser a prioridade, mesmo que a mulher tivesse que se anular a si mesma. Basicamente o seu objetivo de vida imposto, era fazer felizes os homens e impedir que qualquer coisa os incomodasse. Creio que apesar de mais de 60 anos passados, continua a existir uma reprodução deste tipo de comportamento ainda que de uma forma mais sublime ou simbólica. Os sentimentos das mulheres e as intelectualizações são muito pouco validados, são entendidos como uma sensibilidade feminina que não há que dar muita atenção ou importância. As questões práticas da vida sobrepunham-se ao resto. Cuidar do lar, da roupa, dos filhos, da comida e dar toda a atenção aos seus maridos, era o essencial e as mulheres não deveriam ter outro tipo de ambições.

Assim foi durante mais de 40 anos, uma privação de liberdade quase total naquela que mais que uma ditadura política para todos, foi uma ditadura dos homens sobre as mulheres.

Por sinal, nos anos 70, com o grito do feminismo radical, apesar destas lutas começarem mais cedo com o movimento sufragista, as mulheres organizaram-se para fazerem valer os seus direitos, autonomia e independência que tivera sido roubada, e é assim que se percorre um caminho mais assertivo para a igualdade entre homens e mulheres.

3. O impacto dos movimentos feministas depois da opressão do poder e a liberdade das mulheres.

3.1- Os movimentos de mulheres em Portugal

As “Novas Cartas Portuguesas” e o “Processo das Três Marias”, representam a luta entre as feministas e o Estado, principalmente pelo controlo da expressão e também da subjetividade. Enquanto o Estado patriarcal e o regime oprimiam o discurso de empoderamento feminino, as mulheres tratavam de criar novas formas de sujeito. Esta luta entre os poderes dominantes e os poderes marginais, durante os anos 70, foi imprescindível para a criação de outros modos de ser e estar discursivos entre homens e mulheres.

A publicação das “Novas Cartas Portuguesas” e o “Processo das Três Marias”, conjuntamente com o MLM (Movimento da Libertação das Mulheres), foi bastante importante para abalar o regime ditatorial português e determinante para inserir o feminismo português na segunda onda. O apoio de mulheres americanas, inglesas e francesas que já tinham um ativismo mais forte e consolidado, contribuiu também para um associativismo transnacional mais poderoso e, com isso, as mulheres portuguesas iam também ganhando destaque nas suas lutas.

"Reclamaria todas as medidas que considero necessárias para modificar a situação deprimente em que se encontra a mulher, (...) [entre elas] conseguir a igualdade de salários, quando a mulher produza tanto como o homem." (Carolina Beatriz Ângelo, 1911).

Saliento que Carolina Beatriz Ângelo, foi uma médica e feminista portuguesa que, apesar de fazer parte do movimento da primeira onda, não deixa de ter um papel fundamental para os movimentos que se seguiram posteriormente. Foi a primeira mulher a votar em Portugal e na Península Ibérica em maio de 1911.

Uma das suas principais reivindicações, como se pode ver nas suas palavras, estava muito ligada a um dos problemas mais inquietantes da época: a distinção dos salários entre homens e mulheres, executando o mesmo trabalho. Como Carolina Beatriz Ângelo, outras mulheres portuguesas entre as quais, Adelaide Cabete, Maria Crespim, Ana Castro Osório abriram o discurso feminista durante a República e creio que foram bastante lúcidas nas suas lutas, demarcando assim um espaço para que novas expressões do feminismo se pudessem construir e ir mais além.

Voltando à década de 70, podemos dizer que o “Processo das Três Marias” e o “Movimento de Libertação das Mulheres”, projetaram a visibilidade da ação feminista na sua vertente mais radical, pois o MLM não se ficou pela rua. A criação de um organismo estatal como a Comissão da condição feminina, foi algo bastante central, uma vez que, transportou para o debate político várias das suas discussões e prioridades como a questão do aborto, a anti contraceção, o planeamento familiar. Estas discussões, permitiram uma aproximação entre as feministas liberais e as radicais, e uma abertura para o crescimento de instituições para grupos de mulheres com características mais informais, apesar de uma certa tensão nas relações entre as feministas da ala liberal e radical.

Betty Friedan, criticou fortemente certas questões impulsionadas pelas feministas radicais em relação à sexualidade, pois considerava que era um assunto menor quando comparado com o sistema educativo e as estruturas sociais. Contudo, Friedan era também apologista de que estes dois grupos se apoiassem e formassem uma estrutura, pois apesar daquilo que os separava, este conjunto de interesses em comum podiam fundir-se quando, em 1970, a NOW se junta aos grupos de libertação das mulheres para uma greve que reivindica infantários 24 horas, aborto a pedido, igual emprego e oportunidades para as mulheres. Ou seja, há uma convergência tanto de questões sexuais que dizem respeito à vida íntima da mulher, como questões políticas mais externas, mas sem dúvida fundamentais para toda a construção social e pessoal que se fazia com relação àquilo que é ser mulher.

Tendo em conta a importância de ambas as correntes feministas, o feminismo radical na década de 70, foi o que proliferou de forma mais incisiva para a reflexão sobre as mulheres e sobre o género, pela sua capacidade múltipla de correlacionar o foro mais pessoal com o político e social.

A célebre frase “The Personal is Political” (“O Pessoal é Político”) de Carol Hanish, num texto de 1969, explica as razões pelas quais os problemas das mulheres só se podem resolver em coletivo, as suas vontades próprias não se fazem valer por si, é necessário levar a discussão a um outro nível, há que transformar o sistema político e social no qual as mulheres estão inseridas. Quando as mulheres se juntavam nos seus grupos, até mesmo nos mais informais, percebiam que os seus problemas fundamentais eram coletivos e, por isso, só em coletividade se iriam solucionar.

Kate Millet acreditava que a família é a construção matriz do patriarcado, e isto demonstra que, para as feministas radicais, a única forma de quebrar esta posição essencialista baseada na biologia, na família tradicional nuclear, passava por questionar o conjunto de representações que produziam um modelo de feminilidade e masculinidade, gerando bastantes desequilíbrios nas relações de poder entre homens e mulheres.

A forma como entendemos o género hoje e toda a evolução que se fez nesta problemática como uma construção social e cultural, teve as suas raízes no feminismo radical dos anos 70, contudo, existiam também diferenças dentro da ala radical, não porque duvidassem da opressão e mecanismos de poder, mas sim por uma divergência quanto às soluções que apresentavam para esses problemas. Nessa mesma década, as mulheres operárias continuavam a ter prejuízo com uma jornada de trabalho duplicada. Nos seus empregos e em casa, foram também as feministas radicais que alertaram para a valorização do trabalho doméstico e tornaram esta discussão pública para que fosse reconhecido por inteiro o trabalho invisível das mulheres.

Contudo, acredito que em Portugal não houve de facto uma corrente radical propriamente, pois hoje em dia o feminismo português não é muito ativo e as suas lutas não são verdadeiramente consideradas. O 8 de março é o reflexo – não é um movimento fortalecido em Portugal, pois as mulheres ainda não se reconhecem muito bem no feminismo porque não têm uma real noção do seu significado e importância. Apenas as gerações mais jovens começam agora a compreender e a desmistificar toda a polémica criada em torno do feminismo e a fazer ver que a luta pela igualdade é um bem fundamental e imprescindível, e que todo o preconceito relacionado com o feminismo por parte de algumas mulheres que não se consideram feministas, tem que ver com o facto de estarem mal informadas.

3.2- Os movimentos de mulheres em Espanha

Segundo a feminista e socióloga espanhola Rosa Cobo, o feminismo e a introdução da teoria feminista na Academia Espanhola começa a produzir-se nos anos 80. Até então, as questões relacionadas com as mulheres eram abordadas no contexto da sociologia da família e sociologia da educação, onde se elaboravam algumas bibliografias para o efeito.

Um dos primeiros textos feministas que se publicaram em Espanha - “Hacia una crítica de la razón patriarcal” (“Em direção a uma crítica da razão patriarcal”) , da filósofa Celia Amorós, foi um grande contributo para a teoria feminista espanhola. Apesar do movimento feminista se fazer valer em Espanha em 1975, a Academia começa a reconhecer esta e outras grandes teóricas feministas e aplicá-las nos seus programas mais tarde que a ação do movimento feminista. Ou seja, creio que é possível dizer que o movimento feminista não tem uma raiz académica, foi sim criado e composto de uma forma um pouco amadora ou informal por mulheres que começavam a questionar-se das

desigualdades sofridas, pois elas próprias eram também alvo dessa mesma desigualdade nas suas vidas pessoais.

“As valorizações sociais estão hierarquizadas porque estão hierarquizados os géneros. Se o trabalho das mulheres não é considerado socialmente relevante é porque as mulheres não constituem um coletivo valorizado pela sociedade. As definições sociais são as definições das elites dominantes, porque só se define desde o exercício do poder.” (Rosa Cobo, “A Política sim é assunto de mulheres”, 2002) (tradução nossa).

Esta reflexão da autora Rosa Cobo, explica, segundo a sua visão, a origem das desigualdades entre homens e mulheres desde a raiz. Entender as desigualdades a partir do ponto da valorização social e uma hierarquização foi a porta de abertura para o feminismo radical, isto porque há que entender que os símbolos da valorização são símbolos de poder criados numa estrutura já por si desigual, desnivelada, e tudo o que possa crescer desde ali crescerá em ritmos e tamanhos distintos. O feminismo radical centra-se, precisamente, em recuar a razões históricas para perceber de que modo se criaram estas construções desiguais e se continuam a reproduzir até hoje, mesmo com todas as tentativas seculares das mulheres para travar o machismo e o poder patriarcal.

Algo que é muito importante reforçar é que as desigualdades são um produto de todas as sociedades, independentemente da sua cultura, religião e desenvolvimento. Em todas as sociedades existem sistemas que oprimem a condição feminina, o que se traduz numa vulnerabilidade da mulher dentro de uma sociedade profundamente patriarcalizada. Claro está que as intensidades são distintas, dizer que, a forma como se materializam essas desigualdades têm que ver com alguns fatores específicos que podem condicionar mais a emancipação e autodeterminação da mulher. Existem variáveis que são interdependentes e determinadas características socioeconómicas, culturais, políticas, terão um impacto mais ou menos acentuado conforme a comunidade entende determinados valores.

“Temos claro que é uma violência que se estrutura num sistema de desigualdade que é o patriarcal, um sistema de dominação que se está a converter hoje em dia num novo paradigma de patriarcado. E é o que eu chamaria patriarcado violento, que se expressa de muitas formas: violência física, abuso, maltrato, pornografia, prostituição...A quarta onda seria o rebelião contra essa violência. No “como” este movimento, está a gerar uma nova reclamação de igualdade que não é apenas a política e social – que desde logo é - também a igualdade económica. O feminismo hoje, sobretudo o das jovens, é anticapitalista, porque se trata de reclamar a igualdade no seu sentido profundo político, social e económico.” (Luísa Posada, “Elplural”, 2019) (tradução nossa)

Numa entrevista a *elplural* na rubrica “Tribuna Feminista”, Luisa Posada, filósofa e professora na Universidade Complutense de Madrid, e também uma reconhecida feminista espanhola, explica que a quarta onda feminista está muito centrada na violência sexual. Na atualidade, vemos como num mundo pós moderno a sexualidade se tornou líquida. A pornografia é talvez o exemplo mais gritante no momento, a forma como se vive a sexualidade e como as pessoas começam a criar as suas ideias e simbolismos do que é a sexualidade, tem uma raiz patriarcal dominante. Esta é também uma luta feminista, mas de um feminismo histórico, pois apesar de ser um fenómeno muito contestado atualmente, os homens sempre estabeleceram o seu poder em relação às mulheres através de uma via sexual.

Luisa Posada, afirma também que o feminismo é um movimento onde as suas lutas são direcionadas para todo aquilo que oprime as mulheres, ou seja, o capitalismo é uma fonte de opressão que alimenta as desigualdades, a economia é uma estrutura de poder que vulnerabiliza as mulheres e hoje o feminismo das mais jovens assume-se por aí, pelo ganho de consciência de que são mercantilizadas, começando a questionar o “porquê” de sofrerem este tipo de violência, ao contrário dos anos que se antecederam, em que a luta feminista começava, sobretudo, pelas políticas de esquerda marxistas.

Creio que o feminismo marcou e marcará para sempre a história, não apenas das mulheres, mas sim a história da humanidade. Ter direitos, liberdades, reconhecimento, é uma questão de ser humano e nunca nenhum sistema, política ou ideologia pode por em causa o género como divisor ou separador desses mesmos direitos. Há que fazer um esforço concertado para impedir uma ascensão política como vemos hoje em vários países, inclusive na Europa - em Portugal com o partido CHEGA ou Espanha com o VOX, a tentar abalar toda a credibilidade dos movimentos das mulheres e a fazer valer todo um discurso acrónico da pátria conservadora e nacionalista. Penso que nos vale recordar historicamente como tudo começou e como tudo na vida pode ser um ciclo repetitivo se não temos cuidado, e se não trabalhamos juntos para impedir determinados desfechos.

4. “A opressão é violência”: as forças repressoras da extrema direita e as mulheres

4.1- O poder está em todo lugar

4.1.1- Michel Foucault e as relações de poder

Antes de abordar concretamente as forças opressoras do Estado nos tempos de ditadura e atualmente com a subida da extrema direita, creio que é importante ter contextualizada as estruturas de poder que influenciaram bastante os regimes emergentes no século XX.

Michel Foucault foi um filósofo e sociólogo francês que abordou as relações de poder na sociedade e o sistema panótico, ou seja, a forma como o poder está enraizado nas estruturas arquitetônicas e depois transporta-se, mesmo que, imaterialmente para todo o nosso cotidiano.

O panotismo foi o nome dado a esta corrente, quando Foucault falou do panótico e o seu poder nas prisões. O panótico é um edifício em anel com uma torre no centro muito típica nos estabelecimentos prisionais, permitindo que quem está nas extremidades do edifício seja constantemente observado por quem está na torre, e a entrada de luz nas celas possibilita uma total observação do seu interior, ou seja, a luz aqui funciona como uma estrutura microfísica do poder, contudo, a torre possui uma configuração que dificulta que quem esteja lá seja notado. Assim, mesmo que a torre esteja abandonada, continua a constituir uma ameaça, quer dizer que, o poder se mantém-se exercido e parte-se da ideia de que se pode estar constantemente a ser vigiado, fazendo com que se assumam uma postura de autocontrole. O controle gera, portanto, autocontrole.

Apesar deste sistema ser muito comum nas prisões, ele está muito presente nas sociedades modernas nas mais diversas estruturas e, muitas vezes camuflado, um poder invisível, simbólico como o designou Bourdieu. O poder deixa de ser exercido por pessoas e passa, por exemplo, a ser exercido por objetos – câmaras de vigilância e outros aparelhos que nos dizem garantir a nossa segurança, mas também o controle exercido sobre nós e, por isso, uma das formas de definir as sociedades atuais é “a sociedade de vigilância”. A ideia de que tudo é visível é incorporada pelos indivíduos e o mais perigoso é que essa ideia se vai naturalizando conjuntamente com o poder. Esta ideia panótica pode-se transportar a praticamente tudo. A frase *“The Big Brother is watching you”*, como explicou George Orwell, é uma perfeita analogia deste sistema que tudo vê e tudo escuta, e as relações entre homens e mulheres estão também incorporadas, claro, nesta estrutura. As mulheres aprenderam pela força a ter

que se autocontrolarem, pois a sua espontaneidade não deve ser pública. Para elas, o lar, para eles o mundo.

4.1.2- As forças repressoras do Estado Novo - A PIDE

Durante quase 30 anos, a PIDE, polícia política do Estado Novo, encarregou-se de manter os valores do Estado, mesmo que isso implicasse matar, torturar ou censurar.

Foi criada em 22 de outubro de 1945, em plena fase do Estado Novo. A função desta polícia era perseguir, prender e interrogar qualquer indivíduo que fosse visto como inimigo do Salazarismo. Os opositores do regime eram levados para as prisões em Portugal como a do Forte de Caxias e de Peniche, o a do Tarrafal, na ilha de Santiago no Arquipélago Cabo Verde. Nestes locais, eram muitas vezes vítimas de tortura, privação de sono, isolamento, más condições alimentares, má higiene e saúde, e tudo isto poderia terminar num cenário de morte.

A PIDE também dirigia a censura. Um dos seus maiores processos ficou conhecido como “lápiz azul”, uma vez que todos os artigos da imprensa e obras de arte – literatura, teatro, cinema, eram cortados, editados ou proibidos com um lápis azul antes da sua publicação.

Em 1968, com a subida de Marcelo Caetano ao poder, na apelidada “Primavera Marcelista”, que se prometia e acreditaria ser diferente, Caetano dissolveu a PIDE, alterando o nome para DGS (Direção Geral de Segurança), porém as suas funções eram exatamente as mesmas.

4.1.3- A desigualdade de género e a PIDE

Apesar da violência que a PIDE exercia sobre os indivíduos que fossem opositores ao regime, essas formas de violência eram distintas para os homens e para as mulheres. Como já é sabido, numa sociedade fortemente reprimida, as mulheres são reprimidas em dobro pela sua condição extremamente vulnerável face ao poder político.

“Mulheres de Abril”, foi um projeto criado em 2018 em Portugal, onde durante vários meses foram publicados dezenas de relatos de mulheres antifascistas acerca das suas histórias de resistência

e de luta contra a ditadura. Nesses relatos deparámo-nos com viveres desumanos e que custam a crer que algo assim se pudera ter passado até há não muito tempo atrás.

“Foi quando a PIDE se apercebeu de que as mulheres começavam a desempenhar tarefas como os homens, que as mulheres do Couço começaram a ser espancadas, a passar noites na polícia, a fazer estátua – de pé e sentada –, enfim, torturas.”

Olimpia Brás, in *As Mulheres do Couço*

Quando a polícia se deu conta que as mulheres se começaram a emancipar e a serem autónomas nas tarefas profissionais como os homens, o resultado foi o espancamento dessas mulheres e a tortura. Uma das torturas mais usuais nessa época era fazerem-se de estátua, de pé ou sentadas, sem se poderem mover.

“Durante muitos anos a PIDE não maltratou as mulheres, as primeiras mulheres a serem espancadas foram as camponesas do Couço, [...] até à guerra, houve a noção de que a política era uma coisa de homens [...] Depois da guerra, houve alterações – começaram também a levar pancada e a sofrer a tortura do sono [...]”.

Fernando Rosas, in *Viver e Resistir no tempo de Salazar*

Como durante a Guerra Colonial as mulheres começaram a ocupar cargos de trabalho até então designados apenas aos homens, trabalhos esses fora do lar, depois da Guerra, quando esses trabalhos já estavam mais consolidados e assumidos, a polícia política apercebendo-se desse contexto de alteração face ao cenário antes da Guerra, começou a espancar as mulheres. Antes, essa violência com as mulheres não era um costume por parte da PIDE, uma vez que elas estavam sempre recolhidas no domínio do lar.

“Na União dos Resistentes Antifascistas tive depois acesso a depoimentos de muitas mulheres que estiveram presas. E ainda sinto uma grande revolta porque elas não eram só torturadas como os homens, ainda eram humilhadas sexualmente. [...] Nós falamos dos alemães, dos franceses na Argélia, que torturaram queimando os seios das mulheres com cigarros, mais isso também se fez cá. Cá torturou-se muito as mulheres humilhando-as na sua condição feminina”.

Luísa Irene Dias, in *Mulheres em Tempos Sombrios*

Outra das características fundamentais que distinguia a violência exercida perante as mulheres e os homens, eram os abusos sexuais que estas sofriam por parte da polícia. Muitas delas tiveram encarceradas e eram violentadas sexualmente pela polícia e tal como acontecia noutros países, os seus seios eram queimados com cigarros, humilhando assim a sua condição feminina. Ainda hoje, há muitas pessoas que consideram que a ditadura Salazarista foi muito diferente de la ditadura alemã, por exemplo. Contudo, apesar da ditadura portuguesa ter sido autoritária e não totalitária, as suas

ações eram altamente violentas e o poder era expelido de uma forma mais contida, por vezes, mas igualmente grave e severo.

“Nós, em todo o caso, ao contrário das mulheres operárias, das camponesas, não apanhávamos pancada. Isso eles não se atreviam. Mas elas, quando lá caíam, apanhavam e apanhavam mesmo. Era uma questão de estatuto social. Tinham que ter muita força. Eram muito mais maltratadas do que as mulheres de outras classes”.

Maria Branca Lemos, in *Mulheres em Tempos Sombrios*

Algo que considero bastante importante relevar é a influência das classes sociais e do estatuto na forma de tratamento que era aplicada. No geral, as mulheres estavam sempre mais expostas à violência, mas dentro da ala feminina, as mulheres camponesas e operárias, que não tinham tantos recursos, eram tratadas ainda de uma pior forma, já que a sua posição social não era favorável. A desproteção era, portanto, quase total.

4.1.4- As tropas franquistas

Na ditadura de Franco, as tropas franquistas tinham um grande poder no controlo da sociedade. A forma de repressão era horrível – campos de concentração e de trabalho forçado e de doutrinação, onde se cometiam as maiores atrocidades que possamos imaginar.

As condições dos campos eram desumanas, as pessoas não comiam nem bebiam, estavam expostas a temperaturas insuportáveis e com grandes faltas de higiene e saúde, com grandes proliferações de enfermidades incuráveis naquela época.

Associações de vítimas tentaram várias vezes levar aos tribunais os crimes do franquismo mas, em Espanha nenhuma denúncia chegou ao juiz. Os delitos eram prescritos e essas eram as justificações das entidades responsáveis pelos processos.

A violência contra as mulheres era muito parecida com a que se praticava em Portugal: violações, torturas e humilhações. Daria e Mercedes eram duas irmãs enfermeiras que, em 1936, partiram de Barcelona até Maiorca em funções sanitárias. Semanas depois de iniciarem a viagem, foram detidas por tropas franquistas para serem examinadas de modo a “comprovar a sua virgindade”. Foram repetidamente violadas e assassinadas no dia seguinte.

Pilar Sánchez Lladrés, militante do Partido Socialista, viu o seu marido e os seus quatro filhos serem detidos pelos falangistas e ela mesma conseguiu fugir graças a um esconderijo. Contudo, não pôde escapar. A agonia de não saber nada da sua família levou-a a voltar para resgatá-la e, quando deixou o seu esconderijo, foi detida. Os quatro homens que a detiveram abusaram-na repetidas vezes e acabaram por assassiná-la em setembro de 1936.

Matilde Lanza Vaz militou o Partido Comunista e foi parte ativa do mesmo. Em 1939, foi julgada num conselho de guerra e, passados seis meses, foi detida na prisão de Maiorca. Contudo, Matilde tornou-se uma referência para as outras mulheres reclusas e as autoridades encarregaram-se de um processo de doutrina para evitar o esbatimento da moral católica das restantes companheiras com os seus ideais laicos. Quiseram batizá-la e a jovem subiu até ao piso mais alto e atirou-se da janela da enfermaria para o pátio. Mesmo em sofrimento, porém inconsciente, batizaram-na.

Lidia Falcón foi outra das mulheres a ser vítima de uma profunda violência. Foi detida sete vezes entre 1960 e 1974 pelas suas opiniões em publicações serem consideradas ilícitas. Sofreu torturas dirigidas à sua condição de mulher jovem, com golpes no estomago e fígado diante do grito “ahora ya no parirás más, puta bruja” – “agora já não vais parir mais, puta bruxa”. (tradução nossa)

Por outro lado, o regime franquista caracterizou-se por negar a existência de presas políticas, que foram tratadas como delinquentes comuns. “As torturas a que foram submetidas as mulheres exerciam-se com o mesmo ódio e força que se faziam aos homens, mas havia uma componente de género específica para elas, tanto nos insultos como no uso particular e sexuado da violência, as descargas nos genitais e golpes debaixo do ventre”, relata Lidia Falcón. (tradução nossa)

Lidia Falcón foi também fundadora do Partido Feminista de Espanha, criado em 1979 e legalizado em 1981, em Barcelona, a partir da organização que criou em 1977 - Organização Feminista Revolucionária. Desde 2015, que esse partido se integrou num outro – Partido Socialista Unificado da Catalunha. O Partido Feminista de Espanha surgiu no período histórico conhecido como “Transición” (em português, “Transição”), período pós ditadura. É absolutamente fascinante que um grupo de mulheres, naquela altura, tenha percebido a urgência de se criar uma estrutura política fortíssima que tivesse como principal zelo a questão da mulher, ao ponto de se constituir um partido político assumidamente feminista. Este movimento pode muito explicar a razão pela qual as questões de género são tão preponderantes em Espanha e a vertente radical do feminismo espanhol.

Outra questão importantíssima de referir foi a discussão das agressões das tropas franquistas no parlamento espanhol, em 2018. Billy el Niño como era conhecido, membro destacado das tropas franquistas tinha sido condecorado pelo Estado com medalhas, mesmo após a tortura cometida na Era de Franco. Lidia Falcón foi uma das suas vítimas e o seu testemunho foi reproduzido nesse debate parlamentar por políticos e políticas que consideraram extremamente ofensivo um homem que maltratou mulheres abusivamente, manter-se condecorado décadas e décadas depois, principalmente vigorando uma democracia. Billy el Niño morreu em 2020, possuindo ainda as medalhas que recebera.

Segundo o jornal espanhol “infoLibre” numa publicação de 2016:

“ Foi comum, assim mesmo, o roubo de bebés, que ronda os 30.960 meninos e meninas. Os filhos das mulheres que eram assassinadas foram entregues a famílias de militares franquistas para “eliminar a semente marxista” e dar-lhes uma educação pró-regime. Até aos anos 80, muitas mulheres sofreram o roubo dos seus filhos nos hospitais sob a desculpa de doença grave e posterior morte do bebé”. (tradução nossa).

As mulheres foram também submetidas a cortes e rapagem de cabelo e expurgadas com óleo de ricino, e eram também obrigadas a passear pelas ruas das suas cidades sob as agressões dos seus vizinhos.

Frente a esta violência que desumaniza as pessoas, parece-me que a multidão se esquece destes eventos, quando hoje, em pleno século XXI, numa sociedade pós-moderna, tecnológica e com o acesso ao conhecimento e informação mais do que nunca, os regimes de extrema direita começam a ganhar cada vez mais apoiantes em todo o mundo e concretamente na Europa. O discurso populista e conservador tende agora a convencer as pessoas que é um regime duro que vai solucionar os problemas da sociedade e trazer de volta a harmonia da nação.

5. O populismo

5.1- O que é o populismo?

O populismo é um termo que conta com bastantes definições, daí o seu significado ser uma das primeiras grandes complexidades com que nos deparamos quando queremos estudar e perceber o que é e como esta dinâmica é utilizada não só em atos discursivos, mas também em ações políticas ligadas aos partidos considerados populistas e aos seus representantes.

Surgido no século XIX, o populismo tem, ao longo dos tempos, sofrido diferentes variações conforme a época e os contextos políticos, sendo que a sua essência de base permanece assentando na eficácia social entre o “povo” e os “políticos” acusados de tomarem o Estado em proveito próprio. Esta dicotomia entre estes dois polos não comporta uma crítica à estruturação social, considerada como uma dimensão de índole “natural”, mas sim a denúncia de abusos.

Georges Sorel, autor anarco-sindicalista e filósofo francês, que se debruçou essencialmente sobre o estudo do sindicalismo revolucionário fala-nos do mito político, conceito apresentado por si e abordado por bastantes outros autores que se dedicam à compreensão do populismo. O mito é uma arma poderosíssima na luta política, pois o seu objetivo é mobilizar e empurrar para ação. Contudo, estes mitos políticos que Sorel estabelece na sua obra: *Réflexions sur la violence*, são: “conjuntos de imagens capazes de evocar em bloco e somente pela intuição, antes de qualquer análise refletida, a massa dos sentimentos” (Sorel, 1990, p.115). Através desta definição de mito que Sorel nos apresenta, é possível perceber a forma como o populismo e os populistas captam e prendem os ouvidos do povo, utilizando formas de comunicação estratégicas e apelando ao mais primário sentido, falando na mesma língua e exprimindo os pensamentos e emoções das pessoas.

Uma das perguntas muito colocadas hoje versa sobre as condições que podem levar uma democracia a um regime de carácter populista. No entanto, esta oposição entre “populismo” e “democracia”, usa um modelo abstrato de democracia definida pela presença dos seus traços formais, ao contrário do populismo que é sempre concreto, isto é, tomado a partir de um caso histórico particular. Existe, portanto, um desnível na comparação entre estes opostos, isto porque, a democracia, como todas os sistemas de governo, pode ser definida como um tipo ideal, porém ela apenas existe como uma forma particular de governo e numa situação singular. Deste modo, não basta ter em conta os aspetos formais de uma democracia (eleições livres; parlamentos, por exemplo), para

se estar perante um regime democrático integralmente, ou para que a população reconheça o governo em vigor como representativo do povo.

Existiram e existem, hoje, situações de regimes que rapidamente consideraríamos como democráticos, mas que na verdade eram de origem liberal, oitocentista e elitista, constituindo assim uma oligarquia em que um pequeno grupo de poderosos proprietários assumia o poder e controlava o sistema eleitoral e burocrático. O “varguismo” no Brasil e o “peronismo” na Argentina são dois exemplos de regimes populistas acontecidos na América Latina cuja aparência se assemelhava a uma democracia – embora tivessem presentes traços autoritários evidentes, entre eles a tentativa de anulação de instâncias de mediação e comunicação direta com o chefe.

Segundo Margaret Canovan:

“Em circunstâncias normais, os ricos formam uma oligarquia governante e usam o seu poder para defender os seus privilégios. Os pobres ressentem-se disso, mas não têm força política para evitá-lo e, portanto, estão disponíveis para a mobilização de um demagogo que possa formular os seus interesses, principalmente seu desejo de saquear os ricos. Dada esta situação de guerra de classes aberta ou oculta, um líder popular precisará de ser determinado, implacável e carismático para ter sucesso.” (Canovan, 1981, p.61)

Margaret Canovan foi uma teórica política inglesa e professora na Universidade de Lancaster. Escreveu várias obras, entre as quais: *The People; Populism* e, talvez a mais impactante - *Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought*, em 1992, depois de ter acesso aos seus artigos não publicados nos finais da década de 1980.

O que Margaret Canovan nos diz relativamente à importância da determinação e carisma do líder populista alerta, ao mesmo tempo, para a rebelião do povo. Isto porque, essencialmente em tempos de crise e instabilidade, o povo pode abalar e colocar em causa um regime aparentemente democrático, mas que na verdade é oligárquico:

“o próprio povo entregará a democracia às mãos de um ditador. A dificuldade com essa seca previsão é, claro, a de que as situações em que o apoio a um demagogo parece mais racional podem ser tempos de crise económica, como a Depressão dos anos 1930, que mesmo a sociedade mais justa e democrática pode não ser capaz de evitar.” (Canovan, 1981, p.163)

Daí, como realça Canovan, ser importantíssima a genuinidade da democracia:

“Se os sistemas políticos mais vulneráveis aos ditadores carismáticos não são democracias genuínas em que as pessoas comuns têm acesso efetivo à política, mas sim sistemas que têm a pretensão de serem uma democracia, mas mantêm o poder real nas mãos de uma oligarquia, então parece que a forma de se proteger contra os ditadores populistas não é manter [...] as massas fora da política”. (Canovan, 1981, p.169)

É assim necessário que a democracia não seja apenas formal, no sentido em que os direitos concedidos às pessoas façam apenas parte de um plano institucional de uma democracia, mas sim que exista de facto uma autonomia, espaço e lugar de fala para que as pessoas exerçam conscientemente esses direitos políticos:

“(…) não se pode dar às pessoas comuns o domínio sobre o seu próprio destino simplesmente dando-lhes direitos políticos. Na medida em que esses direitos são eficazes, isso pode permitir que os eleitores lutem pelos seus próprios interesses dentro do sistema político, mas faz pouco para ajudá-los se – tal como é cada vez mais o caso dentro de uma economia mundial interdependente – o seu padrão de vida está à mercê de decisões tomadas fora de seu próprio estado.” (Canovan, 1981, p.170)

Uma das maiores “debilidades” relativamente à noção de populismo é a sua indeterminação e as várias noções vagas como “nação” e “classes médias” são frequentemente usadas, porém a expressão “o povo” é talvez a que mais preponderância tem na eficácia presente nos discursos populistas, tornando-se um forte:

“grito de batalha tão eficaz, e um particularmente útil para os políticos que buscam confundir diferenças estabelecidas para unir seguidores através de (...) uma técnica que pode ser usada de uma forma muito ampla variedade de circunstâncias.” (Canovan, 1981, p.261)

Até sensivelmente metade da década de 60, o populismo era um termo essencialmente abordado pelos historiadores, tendo ganho cada vez mais a atenção dos sociólogos. Antes desta altura, o conceito de populismo tinha duas referências muito específicas: num primeiro momento, estava ligado a movimentos de grupos radicais localizados no centro-oeste da América, atingindo o seu “clímax” durante os últimos anos do século XIX. Um desses movimentos, conhecido como “*Populist Party*”, acabou por dar o seu nome como termo genérico a um tipo de política rural radical.

Em segundo lugar, a referência foi feita ao emergente movimento utópico socialista entre intelectuais russos da mesma era, que acreditavam que ambas - revolução política e a regeneração moral geral do povo russo - poderia e iria provir apenas da massa dos camponeses – o “povo”. Um dos exponentes desta posição foi chamado de *narodnik*, do russo *narod* – “pessoas”, “povo” ou “nação”. Historiadores falantes de inglês tiveram interesse neste aspeto da história russa e traduziram a palavra *narodnik* para “populista”.

Evidentemente, não existe aqui uma ligação direta entre estas duas instâncias do “populismo”: nem uma foi copiada da outra, e a aplicação do termo de cada uma delas foi bastante acidental, e não foi atribuído nenhum significado analítico em especial. “Populismo” foi simplesmente um rótulo para identificar dois fenómenos históricos separados. Segundo J.B Allcock, se alguém examinar o trabalho

dos sociólogos políticos no período pós-guerra, não existe nenhum significado mais amplo do que este ligado à palavra “populismo”.

De acordo com Allcock, a primeira tentativa de refazer este termo, surgiu em 1954, num artigo do sociólogo Edward Shils, e embora a sua discussão sobre populismo esteja ligada a um tratamento altamente específico da política americana, ele pretendeu que as suas observações fossem reconhecidas com uma relevância mais ampla e não apenas por analogia.

Para Shils, o populismo é, sobretudo, um fenómeno ideológico; ele não se preocupa em identificar muito claramente a *social base* do movimento com a exceção das referências gerais às suas origens rurais. Contudo, a sua análise ideológica não é desinteressada, pois ele sugere que o populismo tem de ser interpretado como uma tendência contraditória inerente aos principais temas da ideologia igualitária da sociedade americana. Confessadamente, isto é uma “elaboração extrema e distorcida da tradição da moral igualitária”, mas, apesar disso, os artigos de fé da democracia liberal trazem consigo necessariamente o risco de que surja um movimento aceitando esses princípios à letra, mas negando as condições estruturais para a democracia pela sua prática. Falando de outra maneira, Shils, parece estar a afirmar que o *McCarthyism* não é uma aberração na sociedade americana, pelo contrário, deve ser explicado por referência aos elementos fulcrais do sistema de valores do país.

Em 1959, S.M. Lipset, apresenta-nos uma análise do fenómeno com várias semelhanças à realizada por Shils. Tal como Shils, o caso-tipo de Lipset acerca do populismo é o *McCarthyism*, em vez do radicalismo rural tradicional. Porém, ao contrário de Shils, o foco orientador da discussão de Lipset é a *social base* do movimento e não a ideologia. Explicando então de forma mais objetiva - para Shils, a ligação entre populismo e a sociedade está contida na ideologia política americana e, para Lipset, o conteúdo da ideologia é irrelevante e a ligação entre o populismo e a sociedade explica-se por uma noção sociopsicológica de “privação relativa”.

Desde 1960, o interesse pelo debate do populismo tem-se centrado, sobretudo, na tentativa de compreender a natureza mutável na política dos países pouco desenvolvidos – “as novas nações”; “o terceiro mundo” – em vez da América do Norte e da Europa. Com esta alteração de interesse geográfico, o próprio conceito de populismo sofreu também modificações.

Num artigo publicado pela primeira vez em 1960, Shils aprofundou e alterou de forma considerável a sua própria interpretação relativamente ao populismo. Assim, o tema é agora abordado pela questão da natureza do envolvimento político dos intelectuais nos “novos estados”. O movimento

¹ *McCarthyism* é um conceito que surgiu depois do político americano Joseph McCarthy, nos anos 1950, ter acusado vários americanos de serem comunistas. O termo define-se pela prática de acusar alguém de ser comunista e evitá-lo ou não confiar nele.

populista é, essencialmente, um movimento de intelectuais e deve ser explicado por referência à estrutura motivacional do intelectual.

Uma abordagem muito similar sobre o populismo está presente em dois trabalhos de David Apter. Tal como Shils, ele discute o tema na estrutura dos aspetos políticos da modernização. Mais uma vez, o populismo é tratado como um aspeto de politização dos intelectuais – a sua vulnerabilidade para o populismo e, em particular, a sua relação ambivalente com as estruturas de autoridade em sociedade.

Depois desta breve concetualização sobre o populismo a partir do ponto de vista de autores que se debruçaram e debruçam sobre esta temática, podemos concluir que o termo é variável conforme o contexto e não muito preciso teoricamente. Existem traços característicos do populismo que são melhor percebidos quando exemplificados em casos práticos, os quais apresentarei nos próximos capítulos.

5.2- Populismo, Sexismo e Xenofobia : Qual a relação?

O sexismo é um tipo de discriminação em relação a algo ou alguém tendo por base o género ou sexo de uma pessoa. Esta forma de preconceito pode afetar qualquer género, porém é manifestada muito mais evidentemente contra as meninas e mulheres.

Existe, no populismo, um ataque firme e constante às mulheres, colocando-as consecutivamente em posições inferiores e considerando-as incapazes face aos diversos contextos. A ironia com que os políticos populistas falam das mulheres revela precisamente a noção de superioridade que entendem dos homens sobre as mulheres. A palavra que define bastante bem o populista moderno é a instrumentalização. Ele faz-se argumentar pela liberdade de expressão para veicular a sua mensagem e nela transmitir, subtilmente ou não, o sexismo. A polémica frase de Trump - “*Grab them by the pussy*” – que em português soa algo como “agarrá-las pela vagina” - e os seus ataques a Hillary Clinton e Nancy Pelosi são um exemplo da masculinidade tóxica quase que intrínseca nos líderes populistas.

Éric Fassin é um sociólogo francês e referência internacional nos estudos de género, sexualidade e raça. Numa entrevista para a revista *SCIELO*, Fassin, falou sobre o papel dos intelectuais no cenário atual e sobre a importância política dos estudos de género, sexualidade e raça para

pensarmos o presente e analisa ainda o avanço internacional de uma política ultraconservadora que tem como objetivo minar e destruir o campo intelectual no qual esses estudos têm sido elaborados. O sociólogo afirma ainda que vivemos uma batalha tão política quanto emocional na qual ressentimentos e temores estão a levar ao poder homens e, na França, mulheres que assumem nos seus discursos posições ultraconservadoras e conseguem assim seduzir cada vez mais uma parcela significativa de eleitores.

O crescimento do populismo na Europa é assustadoramente visível e, curiosamente, em França, o protagonista é no feminino. As associações LGBTQI+ denunciam o crescimento da homofobia em França, bem como outras mulheres de diversas associações afirmam que a violência sexista ainda é um grande desafio que a agenda feminista enfrenta. Enquanto isso, Marine Le Pen, presidente do partido de extrema direita em França (*Rassemblement National*), foi crescendo nas intenções de voto para o pleito presidencial de 2020.

Com o avanço da direita política até à extrema direita, o campo de estudos de género e sexualidade tornou-se alvo de perseguição e desqualificação por parte de setores conservadores.

Um dos conceitos de Éric Fassin é o de “democracia sexual”, tema que dá origem à entrevista “A democracia sexual no coração da democracia”.

“Primeiramente, é preciso entender a instrumentalização do que eu chamo de “democracia sexual”. O que quero dizer com essa instrumentalização é que esses valores de liberdade, de igualdade entre homens e mulheres, de liberdade sexual, foram utilizados também para fins xenófobos, para fins racistas. Por exemplo, nos Estados Unidos, usou-se para justificar uma invasão imperialista no Afeganistão em nome da emancipação das mulheres afegãs. Na Europa, uma maneira de justificar políticas anti-imigrantes foi a liberdade das mulheres, e mesmo a liberdade de sexualidade para os homossexuais. Foi uma manobra usada na Holanda de uma forma muito visível, espetacular. Mas foi também uma jogada utilizada em muitos países europeus, incluindo a França, com o pretexto de que estão protegendo os direitos das mulheres “que estes migrantes não respeitam”. Então, fomos coletivamente levados para falar sobre nacionalismo sexual. Eu tenho escrito sobre essas questões desde 2006, 2007 e outras que fizemos como Jasbir Puar, sobre as questões do homonacionalismo, ou, mais tarde, femonacionalismo, etc.” (Éric Fassin, 2019, SCIELO).

O conceito de “democracia sexual” trabalhado por Fassin pode conter várias definições e interpretações. Uma delas é precisamente a aparência de uma democracia que na verdade não existe. Ou seja, a democracia é utilizada como pretexto que justifique a xenofobia, uma vez que, como Fassin explica, a liberdade sexual dos homossexuais e a emancipação das mulheres pode ser ameaçada pelos migrantes. Desta forma, esta democracia é, no fundo, um nacionalismo exacerbado disfarçado de protetor de direitos.

A armadilha criada sobre as questões sexuais e as questões raciais deu origem à aparente democracia sexual e colocou os seus defensores num papel complicado, pois aceitar essa “democracia

sexual” implicaria definir fronteiras entre “eles” e “nós”, já que essa democracia é na verdade um nacionalismo. Ao mesmo tempo, surge uma questão contraditória rogada pelo argumento católico contra a ideologia de género.

Éric Fassin explica que este contexto surge mais precisamente após a Conferência de Pequim sobre as mulheres, em 1995, organizada pela ONU, tornando-se visível em 2000 após a publicação de documentos do Vaticano onde o léxico sobre a vida e a família passa a ser mobilizado. Em 2004, a Carta do Cardeal Ratzinger sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo, foi marcante e importante para se perceber o que o Vaticano estava a produzir e também concluir que as questões da religião que pareciam completamente fora das questões sexuais, tornaram-se muito presentes.

Quando falamos nas questões de religião, apesar da corrente católica ser a que mais representa os casos que abordarei, ela não se cinge apenas à católica. Os evangélicos são outro grande exemplo desta subordinação feminina e influenciam bastante os movimentos populistas americanos, nomeadamente Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro, no Brasil.

Em 2010, em França, assistiu-se ao movimento “Mariage pour Tous”. A linguagem católica foi tomada por um setor não católico, não religioso, secular, que viu uma oportunidade de reproduzir determinados ideais num discurso laico. O que começou então a ser reivindicado pela direita foi que em termos de género e sexualidade se ficasse ao nível dos “comuns mortais” intelectualmente, isto é, que o senso comum fosse a fonte do conhecimento nesses campos. Um senso comum contra a teoria de género. Ora, claro está que isto deixa de ser uma questão apenas religiosa e passamos a estar perante uma forma de populismo anti-intelectual.

Éric Fassin diz acreditar que o anti-intelectualismo é uma desvalorização política do capital cultural e serve para enfatizar que o facto das elites serem reais elites hoje, seria através da cultura. Ou seja, o problema são as pessoas que têm cultura, “que gostam de ir ao teatro, ou que gostam de assistir filmes estrangeiros em preto e branco, que gostam de comer produtos orgânicos, de beber café italiano”. As questões de classe são deixadas de lado desta crítica aos burgueses bem como a economia. Esta foi uma estratégia que se trabalhou muito nos Estados Unidos na lógica republicana contra os democratas, isto é, bilionários que dizem representar o povo contra os democratas que defendem uma maior igualdade social. A questão cultural e os valores morais são cartas muito jogadas pelos populistas.

O trunfo da direita americana, por exemplo, foi jogar com valores morais e com a família. No Brasil, o cenário é o mesmo. E, na Europa, os líderes populistas adotam o mesmo jogo,

nomeadamente Portugal e Espanha. Esta lógica foi e tem vindo a ser modificada pelas discussões em relação ao género. O que aconteceu ao longo dos últimos anos é que a ordem sexual mudou visivelmente. Fassin expõe como exemplo o debate sobre a paridade em França no final dos anos de 1990, onde se discutiu a participação das mulheres na vida política e sobre o *Pacte Civil de Solidarité* (PACS). Pela primeira vez, a união civil mostra-se aberta a casais do mesmo sexo e casais de sexos diferentes. Aqui, percebeu-se que questões que sempre nos disseram não ser políticas, passaram a sê-lo por excelência e, quando estas questões se tornam políticas, elas podem andar impressionantemente rápido.

Obviamente, que isto não significa que homens e mulheres sejam vistos como iguais ou que a homofobia tenha desaparecido. Porém, o facto de serem questões políticas torna muito mais legítima a reivindicação para mudar o lugar das mulheres mundialmente na hierarquia da sexualidade. Este foi o exemplo da França, mas acontece um pouco por toda a parte.

Quando olhamos para os anos 2000, para o número de países onde é permitido o casamento por casais do mesmo sexo, podemos perceber que tudo se alterou muito rápido e, como já seria de esperar, houve quem não gostasse desta evolução. Os populistas aproveitaram-se disso para exteriorizarem o seu desejo de retornar ao mundo antigo, à velha ordem, quer no domínio sexual quer no domínio racial. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, foi a “desforra” do homem branco, a promoção da figura que representa. Ganhou a batalha contra Barack Obama (homem negro) e Hillary Clinton (mulher branca). Racismo e sexismo marcaram presença, assim como a xenofobia em relação aos imigrantes e a homofobia.

“Há uns quatro ou cinco anos, aqueles dois fenómenos dos quais falei, instrumentalização da democracia sexual e a reação contra a teoria do género, aparecem. Eles pareciam contraditórios, pois, por outro lado, diziam “a democracia sexual é formidável”, “devemos lutar contra os estrangeiros que não a respeitam”, “devemos lutar contra os jovens das periferias, lutar contra os muçulmanos, devemos lutar contra todas as pessoas que impedem o gozo da democracia sexual”. Era para utilizar a modernidade do sexo contra a raça. Por outro lado, quando atentamos para as questões relativas ao género, para os ataques contra a ideologia de género, o que se diz é que “o importante é a ordem sexual e minha fé; e as questões raciais não nos importam. Por que não fazer uma aliança com os muçulmanos contra o ‘Mariage Pour Tous?’”. São duas lógicas contraditórias.” (Éric Fassin, 2019, SCIELO)

Como Éric Fassin refere, esta “democracia sexual” não existe. Ela é símbolo de uma profunda hipocrisia: “Era para utilizar a modernidade do sexo contra a raça”, e serviu como argumento justificador até surgir um novo problema: o da raça.

O que acontece hoje é que a contradição é uma rede. Existe uma mesma lógica que produz o ódio contra o género, contra os estrangeiros, contra os negros, contra os muçulmanos, contra as minorias. A novidade dos últimos anos é que em vez de ter, de um lado, a democracia sexual contra os

estrangeiros e, do outro, os ataques contra a ideologia de género, temos os dois. O género não é apenas o objeto de ataque, mas sim o instrumento do ataque – ataca-se o género com o género – e esta lógica, apesar de contraditória, tem-se mostrado bastante eficaz.

Estamos num momento muito especial. Se por um lado, é um momento particularmente difícil, por outro, é um momento de oportunidade. A oportunidade de mostrar às pessoas que consideravam as discussões de género uma banalidade e que havia coisas mais importantes para discutir, que o género importa e por ele tomam-se decisões. “A democracia sexual hoje está no coração da democracia”. (Éric Fassin, 2019, SCIELO).

Basta perguntarmo-nos porque é que Trump quer afirmar o seu sexismo; porque é que os líderes populistas se acrescentam permanentemente numa masculinidade heterossexual triunfante? Porque a ordem sexual é importante. Não é algo que diz respeito apenas às minorias, pois as questões das minorias afetam todos. É uma questão central e não periférica como, por vezes, se acredita. É tão central que se ganharam e continuam a ganhar eleições deste modo.

“Por que a direita é tão eficaz? Porque essas pessoas nos parecem tolas, mas elas entendem muito bem certas lógicas. Trump pode ser um tolo, mas ele entendeu como funcionam algumas coisas. (...) Assim, desse ponto de vista, acredito que não devemos subestimar a inteligência, principalmente a inteligência dos tolos. Eles têm uma compreensão real do mundo. Sendo assim, devemos nos perguntar sobre a imbecilidade das pessoas inteligentes.” (Éric Fassin, 2019, SCIELO)

Os líderes populistas incorporam em si uma masculinidade que foi desafiada. Eles são homens fortes que dizem: “Eu sou um homem forte, votem num homem forte”. A masculinidade dos políticos não é nova e isso é um problema de género. Não apenas um problema geral do género, mas um problema histórico do momento em que vivemos, em que a ordem sexual não é autoevidente. Temos uma caricatura dessa ordem sexual encarnada por políticos que querem por tudo e todos na “linha” e essa caricatura do que é ser um homem branco reacionário, tornou-se real.

Uma das sugestões de Fassin para se poder combater este problema é a continuação do trabalho intelectual, que é precisamente um dos principais alvos do populismo. Fazendo esse trabalho intelectual é muito mais possível reivindicar. Esta intelectualização não cabe apenas aos intelectuais, é importante passar a mensagem a todos e a todas, independentemente da classe, para que toda a gente se consiga defender e ter capacidade de agência perante questões que as afetam. Cabe-nos mostrar o quanto a igualdade é desejável, contrariando a tentativa constante da extrema direita de minorizar e ridicularizar os afetos.

6. A Metodologia

6.1- Problemática e Objetivos do trabalho

A problemática de estudos no que respeita às políticas de extrema direita é bastante ampla, contudo o foco na limitação da liberdade feminina com os partidos de extrema-direita atuais é ainda um terreno pouco fértil, dada a recente representatividade destes partidos em todo o contexto social (VOX e CHEGA). Com o estudo desta problemática, pretende-se mostrar a realidade social influenciada por estes movimentos populistas; perceber o estigma associado ao trabalho que tem sido feito pelos grupos e movimentos feministas no combate à violência de género e desigualdades de género; qual o tipo de relação política entre mulheres e a extrema direita e o seu impacto nas expectativas associadas ao dever ser feminino, entre outros. Assim, os objetivos principais deste projeto serão, precisamente, mostrar a atuação do populismo em relação a políticas excludentes, discriminatórias e sexistas; tentar encontrar soluções para erradicar estes comportamentos violentos que os grupos extremistas exercem sobre os direitos e autodeterminação das mulheres, que afetam a sua liberdade e dignidade humana; apurar o nível de abertura e preparação que a sociedade exerce relativamente a fenómenos de violência e desigualdade; perceber a evolução dos ativismos surgidos desde os intelectuais até às massas, com fim a colocar uma rutura a grupos monopolistas que se fazem valer cada vez mais na Europa, colocando as mulheres numa situação de vulnerabilidade inesgotável e, acima de tudo, provocar uma reflexão profunda sobre o que está a acontecer politicamente à nossa volta e o impacto desses fenómenos nas nossas vidas.

6.2- Justificativa da utilização da metodologia qualitativa

No seguimento dos objetivos pretendidos na minha investigação, a metodologia que, na minha opinião, transparece de uma maior riqueza de informação e detalhe é, sem dúvida, a metodologia qualitativa. A pesquisa qualitativa é definida como um tipo de investigação direcionada para aspetos qualitativos de uma determinada questão, isto é, considera a parte subjetiva de um problema ou situação. Partirei de uma conceção muito completa no que diz respeito à produção de conhecimento,

pois é necessário que haja interação com o observado ou entrevistado, a informação é coprodutiva, ou seja, o investigador tenta que o observado/entrevistado lhe transmita o máximo de informação.

Devido à sua natureza subjetiva, identifica e analisa dados que não podem ser apresentados através de recursos estatísticos, mas sim, através de relatórios que enfocam os pontos de vista dos entrevistados ou do fenómeno estudado, tais como, a observação e análise de sentimentos, percepções, intenções, comportamentos, entre outros.

A metodologia qualitativa participa de um ambiente que favorece a subjetividade, pois há laços que são criados, o que torna, por vezes, difícil a análise dos dados. Posto isto, o primeiro passo para se realizar uma boa pesquisa qualitativa é definir o problema que será analisado de forma muito clara, o que é fundamental para garantir que os dados recolhidos não sejam enviesados.

Para se atingir os objetivos de uma pesquisa qualitativa, é importante definir a metodologia que será utilizada e a técnica de coleta de dados. A questão a ser respondida pela pesquisa é uma das partes mais importantes, esta vai determinar a forma como o estudo deverá ser conduzido, já que diferentes questões exigem diferentes métodos de pesquisa.

A entrevista afirma-se como uma das mais ricas e das mais utilizadas no âmbito da Sociologia. Desenvolve-se numa situação social de interação face a face, reveste formas e conteúdos bastante diversos consoante o interlocutor, o momento, a função, o centro de interesse, o alvo, o grau de liberdade e o nível de profundidade. Contudo, na impossibilidade de recorrer à entrevista para o efeito do meu projeto, foram recolhidos discursos antifeministas dos partidos políticos em análise, organizando detalhadamente as suas intenções e interpretações sociais numa análise de conteúdo de casos práticos de Portugal e Espanha.

6.3- Técnica de tratamento de informação

Na análise de dados qualitativos, recorre-se, por norma, ao método de análise de conteúdo, sendo este considerado um método basilar para este tipo de análise.

Entende-se por análise de conteúdo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores

(quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2009, p. 44).

Contudo, uma vez que o desprovimento de tempo pode ocorrer, uma solução pode ser proceder a uma análise exploratória dos discursos recolhidos.

Para além dos levantamentos realizados e no sentido de clarificar a realidade em estudo, é pertinente recorrer ao registo escrito, o qual será devidamente exposto e interpretado.

Desta forma, de acordo com os objetivos do trabalho, este é provavelmente o método mais favorável para análise e tratamento da informação recolhida, uma vez que procura captar o sentido dado por cada caso em específico acerca do fenómeno em estudo.

6.4- Constrangimentos, Limites e Validade

A validação dos resultados de uma pesquisa culmina numa exigência básica em qualquer campo científico. De um modo geral, quanto mais direta for a forma de medir o fenómeno em causa mais válido será o método utilizado. Numa investigação qualitativa, problemas epistemológicos, tais como o do carácter científico da própria pesquisa e o que se prende com a relação subjetividade/objetividade, são postos em discussão.

Todos os investigadores são vítimas dos desvios inerentes ao observador, devendo então tentar reconhecer isso e ter esse facto em consideração, bem como manter uma preocupação constante com o rigor ou confiabilidade, a abrangência dos dados e a correspondência entre estes, e o que de facto se passa no local. O processo de validação e a confiabilidade não têm a mesma conotação na abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Creswell, “(...) confiabilidade e generalização desempenham um papel menor na investigação qualitativa” (2007, p. 199).

Ao longo do processo de investigação foi possível verificar alguns constrangimentos, nomeadamente no que diz respeito à limitação do fator temporal que, por conseguinte, limita no que se refere ao tamanho da amostra, reconhecendo que o número da amostra adquirido, não é de fato

representativo para explicar o fenômeno num todo, porém é sim suficiente na medida em que os exemplos de casos práticos que referi e analisei, confirmam o exposto na teoria. Outra dificuldade com que me deparei foi o escasso material teórico sobre os partidos CHEGA e VOX, numa abordagem feminista ou que tivesse como principal foco compreender as dinâmicas destes partidos populistas e a violência que exercem sobre as mulheres.

Assim, foram selecionados quatro casos práticos portugueses e quatro casos práticos espanhóis de ataques populistas às mulheres e discursos anti feministas.

Considerando tratar-se de uma pesquisa qualitativa em que o objetivo maior não é fazer uma generalização dos resultados obtidos, mas sim apresentar uma contribuição à teoria, este número foi considerado adequado, já que será aplicado num estudo de casos concretos.

No que diz respeito ao tipo de amostra utilizado, admito que a amostra por conveniência pode não ser uma representação de todo o fenômeno; como tal, pode ser considerado como enviesado, no entanto, mesmo com todas as limitações, o método adotado justificou-se como o mais adequado aos propósitos da investigação.

7. Análise de discursos antifeministas dos partidos CHEGA e VOX.

7.1- Casos práticos de análise em relação ao partido CHEGA (contexto português).

Neste ponto, serão realizadas as análises dos casos escolhidos relativamente ao partido CHEGA e às polémicas que se introduziram no domínio do género e direitos das mulheres.

7.1.1- Polémica do batom vermelho nas eleições presidenciais portuguesas 2021 (#VermelhoemBelém).

Em janeiro de 2020, às portas das eleições Presidenciais em Portugal, André Ventura, representante do partido “CHEGA” e também candidato às Presidenciais, num dos seus comícios após um debate televisivo com a candidata do Bloco de Esquerda, fez um comentário depreciativo e redutor dirigido a Marisa Matias, por ter usado um batom vermelho nesse mesmo debate.

“Não está muito bem em termos de imagem, *performance*. Assim com os lábios muito vermelhos, como se fosse uma coisa de brincar...” (sorrindo ironicamente). (André Ventura, 2020)

Este comentário tornou-se polémico e surgiu de imediato um movimento de apoio a Marisa Matias que se fez notar nas redes sociais e comunicação social – o movimento #VermelhoemBelém. Várias pessoas anónimas e outras mediáticas (homens e mulheres), partilharam fotografias com os lábios vermelhos como sinal de solidariedade com Marisa Matias e, simultaneamente, protesto contra o líder do CHEGA. Inclusive, Ana Gomes, também na corrida às Presidenciais pelo Partido Socialista, fez questão de publicar um vídeo nas suas redes sociais a pintar os lábios de vermelho e, na vizinha Espanha, Irene Montero, ministra da Igualdade pelo partido “Unidas Podemos”, também se demonstrou solidária com a candidata do Bloco de Esquerda, publicando uma foto sua com batom vermelho. Marisa Matias, quando questionada sobre o sucedido, afirmou ao Jornal *Público* que “o insulto que André Ventura fez às mulheres não diz nada sobre as mulheres, mas diz tudo sobre esse senhor”, acrescentando ainda que fica “mesmo muito feliz com a onda de solidariedade que se criou, não só em relação a mim, mas em relação a todas as mulheres que ainda hoje têm que ouvir este tipo de comentários”.

Para além deste comentário a Marisa Matias, André Ventura, criticou os restantes candidatos com argumentos que fogem totalmente à ação política e que nada têm que ver com o propósito

público. Esta é outra das manobras dos populistas – tudo serve de alvo e, desta forma, vão ganhando cada vez mais destaque alimentado pelas polémicas que causam.

A “piada” ultraconservadora do batom vermelho encarada com leviandade por várias pessoas que, na altura, ridicularizaram o movimento “#VermelhoemBelém” foi, na verdade, uma real ofensa não só para as mulheres, mas também para a história das mulheres. Associar uma mulher a uma “coisa de brincar” como fez Ventura, revela o profundo machismo e desvalorização para com as lutas femininas, características típicas dos populistas.

Recordemos o simbolismo do batom vermelho como grito revolucionário na história. Desde a Pré-História, pintar o rosto era uma forma de expressar a identidade de uma tribo e diferenciá-las. Porém, é no Egito que o hábito de pintar os lábios de vermelho, especificamente, se torna mais comum. Neste caso, os membros da realeza, usavam tons avermelhados para mostrar poder. A coloração era obtida através de insetos esmagados misturados com elementos tóxicos extraídos de pedras preciosas moídas.

Durante o período medieval, pintar os lábios de vermelho, era uma maneira de diferenciar as classes sociais, embora grupos religiosos alegassem que quem usasse batom vermelho era pecador ou promíscuo, e associavam o batom vermelho às mulheres que se prostituíam. Este posicionamento ganhou igualmente força nos séculos seguintes, e entre 1830 e 1900, a rainha Vitória de Inglaterra proibiu o uso de maquilhagem dentro da aristocracia.

Contudo, em 1912, eis que este cenário muda radicalmente. As sufragistas, conhecidas essencialmente por terem lutado pelo direito das mulheres votarem e serem votadas, saíram às ruas de Nova York com os lábios vermelhos como sinal de protesto e revolta. O batom vermelho foi usado como símbolo de resistência pelos movimentos feministas.

Mais tarde, a partir da Segunda Grande Guerra, as campanhas de publicidade das empresas de cosméticos, colocavam significados políticos nas suas publicidades e encorajavam as mulheres a cuidarem de si e a usar batom vermelho. Seria, portanto, um símbolo de vitalidade para encarar com força e coragem os tempos que se seguiriam.

Durante os anos 40 e 50, o batom vermelho ganhou mais popularidade e os filmes de Hollywood contribuíram tremendamente. Atrizes como Marilyn Monroe ou Elizabeth Taylor apareciam sempre com os lábios vermelho rubi e, desde então, esta cor ficou mais popularizada e democratizada nos lábios.

Assim sendo, o significado do batom vermelho é óbvio. O movimento sufragista veio quebrar as regras e o batom vermelho foi o aliado perfeito para a demonstração de força, empoderamento e liberdade. Hoje, os lábios vermelhos ainda carregam estes sentimentos de resistência e emancipação, mostrando ao mundo uma libertação dos tabus estéticos, sexuais e sociais.

A partir desta contextualização, fica mais do que claro, que o comentário de André Ventura foi uma nítida ofensa para com as lutas das mulheres e todo o sofrimento e dor que muitas mulheres tiveram que passar, para conseguirem alcançar direitos que para os homens são um bem adquirido. Depois da polémica relativamente ao comentário que proferiu, André Ventura, num ato político em que apareceu posteriormente, desvalorizou e ridicularizou o movimento de apoio a Marisa Matias, pois considerou que havia questões mais importantes do que pintar os lábios de vermelho, desresponsabilizando-se assim do seu próprio machismo e misoginia.

7.1.2- Voto de congratulação do CHEGA à Hungria sobre a lei LGTB

No dia 15 de junho de 2021, o Parlamento húngaro aprovou um pacote legislativo que proíbe a divulgação de conteúdo a menores de 18 anos que “mostre ou promova a sexualidade, a mudança de sexo ou a homossexualidade”. Este diploma foi incluído num pacote legislativo mais abrangente que vem agravar as penalizações para o crime de pedofilia. As associações de defesa dos direitos humanos criticaram a inclusão de medidas referentes a conteúdos LGBT numa lei sobre pedofilia, fazendo equivaler os dois temas.

Segundo o codiretor do Comité Húngaro de Helsínquia, András Kádár, que supervisiona a defesa dos direitos humanos no país – “as medidas que proíbem a promoção ou divulgação da homossexualidade encaixam na tendência de políticas propagadoras do ódio que esta maioria governamental tem adotado nos últimos anos contra vários grupos sociais.”

O membro da direção do grupo da defesa dos direitos LGBT Sociedade Háttér, Luca Dudits, citado pelo *Político Europe*, afirmou que a legislação aprovada “viola claramente o direito europeu e internacional.” Para além de proibir campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos LGBT, a lei vem também restringir o acesso à educação sexual nas escolas, deixando essas formações a cargo de

um grupo de organizações fixadas pelo governo. Esta proibição tem sido comparada às leis aprovadas em 2013 na Rússia que restringem a chamada “propaganda LGBT” junto dos jovens.

No final do ano passado, a maioria do partido governamental, já tinha aprovado uma norma que inviabiliza a adoção de crianças por casais do mesmo sexo – o casamento homossexual é proibido na Hungria, onde a constituição define a família como “a mãe é uma mulher, e o pai é um homem”.

A realidade criada pelo “Fidesz”, partido conservador de extrema direita da Hungria, no poder há mais de uma década e liderado por Viktor Órban, tornou a sociedade húngara numa das menos tolerantes na Europa. O líder rejeita as acusações de intolerância que são apontadas ao seu Governo e, em fevereiro, disse numa entrevista que se um dos seus filhos fosse homossexual isso “seria um grande teste. Mas até agora o bom Deus tem-nos poupado a isso”.

Ora, como podemos ver, a linguagem da extrema direita é universal. André Ventura, Abascal, Trump ou Bolsonaro, profeririam isto exatamente da mesma forma, com mais ou menos nuances. Comparar campanhas de sensibilização LGBT com propaganda é, no mínimo, sarcástico. Talvez porque a propaganda seja uma das maiores armas dos regimes autoritários e totalitários, e então já estão tão habituados a esse mecanismo que veem propaganda em todo o lado, mesmo onde não existe.

Esta lei húngara, que despe a comunidade LGBT de direitos e dignidade, é o reflexo das intenções e objetivos da extrema direita em todo o mundo. A ideia principal é esconder e exterminar o que é diferente e que pode colocar em causa a ordem moral, sexual e social que está por eles, populistas, pré estabelecida.

Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, demonstrou-se imediatamente revoltada em relação a esta lei absolutamente discriminatória, dizendo que “é uma vergonha” e pediu aos comissários responsáveis para enviarem uma carta a exprimir as preocupações jurídicas antes da entrada em vigor do projeto de lei. Este projeto de lei motivou uma carta aberta que foi assinada por vários Estados-membros a manifestar o seu repúdio e Portugal decidiu não apoiar a iniciativa por considerar que o país que detém a presidência da UE “tem de se comportar como um mediador imparcial, e assumir um dever de neutralidade”, segundo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias.

Segundo o Jornal *Público*, Von der Leyen prometeu “usar todos os poderes da Comissão para assegurar que os direitos de todos os cidadãos europeus são garantidos, quem quer que sejam e onde quer que vivam na União Europeia.

Numa série de publicações no Twitter, a ministra da justiça húngara, Judit Varga, defendeu a legislação e contestou os argumentos de Bruxelas e quem os subscreveu, afirmando que “a liberdade não é apenas a liberdade de escolha/expressão/assembleia/associação, mas também o direito de defender as nossas famílias e educar as nossas crianças. Esse é um direito soberano sobre o qual não incidem competências comunitárias concomitantes”.

Outra limitação da extrema direita é, precisamente, a incompreensão dos direitos humanos. Segundo estas afirmações da ministra da justiça da Hungria, os direitos LGBT poderiam colocar em causa a estabilidade da família e a liberdade no modo de educação das crianças, quando a questão é exatamente inversa. Isto é, os direitos LGBT não ameaçam as famílias até porque se criam outros tipos de famílias, nomeadamente com a adoção por casais do mesmo sexo ou o casamento homossexual. Porém, para defender exacerbadamente a família tradicional, não há problema em privar toda uma sociedade de direitos fundamentais, como o direito a amar quem quiserem e a autodeterminação dos próprios corpos e da própria identidade. O conceito de liberdade parece carecer de uma definição legítima para os populistas.

E o que fez André Ventura em relação a esta monstruosidade? O líder do CHEGA propôs, na Assembleia da República, fazer um voto de congratulação à Hungria com relação a esta lei.

Pode ler-se no referido documento:

“A esquerda, por toda a Europa tem como causa a luta contra a família tradicional e é comum a utilização de falsos argumentos e a deturpação de outros, para defender a sua intolerância habitual. Estas medidas aprovadas estão a ser discutidas até no seio da Comissão Europeia e na verdade em nada representam um ataque a qualquer grupo.”

Com base nas palavras de Ventura, os ataques à comunidade LGBT são completamente irrelevantes e, pior, inexistentes. Talvez seja porque como desconsideram esta comunidade, não tenham capacidade para ver as discriminações que sofrem, ou então outra hipótese, a mais certa, é mesmo a de ignorar o óbvio, pois podem acreditar que, ignorando a realidade, ela desapareça.

Em relação à família:

“Ao longo dos últimos anos, o actual governo húngaro tem tomado medidas de protecção à família, de defesa das crianças e contra a sua sexualização. Foram criadas medidas de apoio à natalidade, nomeadamente a isenção de pagamentos de impostos para famílias com mais de quatro filhos, empréstimos sem juros para jovens casais, acesso a créditos para mulheres com menos de 40 anos, sendo que um terço da dívida será perdoado aquando do nascimento do segundo filho e o total com o terceiro filho.”

Aparentemente, estas medidas do governo húngaro, parecem exemplares no que respeita ao apoio prestado a famílias numerosas. Contudo, a grande preocupação não é o bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos, mas sim a criação de uma estrutura social baseada na família tradicional religiosa que cumpra o modelo familiar imposto pelo governo.

O documento termina então com o voto de congratulação proposto pelo CHEGA:

“Pelo exposto, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, congratula a Hungria pela sua luta na defesa das suas famílias, reforçando o seu compromisso em contribuir para uma União Europeia em que prevaleçam os valores efectivamente europeus.”

Este voto de congratulação espelha na perfeição ou na imperfeição aquilo que Ventura faria se um dia estiver à frente do país. A neutralidade de Portugal em relação à lei húngara também revela a anomia que por cá se vive face a estes problemas que a comunidade LGBT enfrenta, já que permanecer neutro em situações de injustiça é tomar o partido do opressor e, claro está, que esta neutralidade abre cada vez mais caminho para os populistas tomarem como seu.

7.1.3- Proposta do CHEGA de uma reforma profunda na educação para o fim de ideologias de inclusão e de género

Na página oficial do partido, o CHEGA publicou nas suas “Reflexões e Análises” um texto sobre a ideologia de género. Segundo o CHEGA, a ideologia de género é “um dos cavalos de troia do marxismo cultural” e define-se como:

“(…) uma corrente de pensamento que defende a total subjetividade da sexualidade. A ideologia de género defende que o sexo de um homem ou de uma mulher não é definido biologicamente, mas sim culturalmente e intelectualmente. Novamente, vemos aqui presentes elementos da teoria crítica, pelo ignorar não só da realidade empírica, sendo que um homem é distintamente diferente de uma mulher pelas suas características físicas e intelectuais, como pela tábua rasa que é feito à composição biológica.” (CHEGA, 2019)

Ora, a ideologia de género, aos olhos dos conservadores, tem um significado completamente distinto daquilo que é na realidade. Definem-na como uma ideologia negativa, na medida em que se apodera de um conceito e que o enfatiza única e exclusivamente para jogar com emoções do senso comum e criar um peso amargo em torno das questões de género. Os conservadores também não têm conhecimento legítimo em relação aos termos que utilizam para falar destas questões, a começar pela não diferenciação entre “sexo” e “género”. Os termos “género” e “sexo” têm designações distintas, portanto, os estudos de género ou ideologia de género, como definem os conservadores, não defendem que “o sexo de um homem ou de uma mulher não é definido biologicamente”. O sexo é sim definido biologicamente, porém o género é uma construção cultural e social da identidade, daí as várias identidades de género e os vários papéis de género que não podem estar determinados pelo sexo biológico. Contudo, no seu texto, o CHEGA também tem uma explicação para o surgimento do conceito de género, considerando-o estratégico e explicando a melhor forma de o combater:

“O combate à ideologia de género deve começar primeiramente pela linguagem. Uma das principais preocupações desta corrente de pensamento foi alterar a linguagem, chamando género ao sexo. Normalmente e na língua Portuguesa, género define adjetivos e objetos, sexo define pessoas. Como é do senso-comum que sexos existem apenas dois, masculino e feminino, foi necessário recorrer a uma bengala linguística para alargar o espectro de opções, e assim nasceu o termo género para definir diferentes tipos de “identidade sexual”. Hoje existe toda uma linguagem e opções para quem não se identifica como homem ou mulher, sendo que resumidamente podemos chamar tais pessoas de *não-binário* (binário fazendo referência às duas opções naturais homem/mulher ou macho/fêmea). Qual o papel da biologia? Nenhum, volto a lembrar que o marxismo cultural faz tábuas rasas de todos os “dogmas” que impeçam a implantação de uma ideia, ignorando mesmo a ciência básica.” (CHEGA, 2019)

Como podemos ver, o populismo não tem meias medidas para colocar a seu favor todas as explicações possíveis, mesmo que sejam mentira. Em nenhum momento nos estudos de género se substituiu a palavra “sexo”. O que aconteceu foi que a sexualidade passou a ser olhada com mais atenção para lá do sexo biologicamente definido, e a identidade de género assumiu uma posição cada vez mais relevante nos debates e estudos no campo da sexualidade, fazendo ver o real impacto do mundo à nossa volta para construirmos a nossa identidade e, neste caso, a nossa identidade sexual e de género. A biologia continua a ser uma dimensão importante e integrante do ser humano, contudo, não é o sangue, nem os cromossomas, nem as células que nos fazem comportar de determinada maneira ou identificarmo-nos com determinados registos, mas sim a nossa interação com os outros e

as nossas experiências de vida nos mais diversos contextos sociais. Ora, a sexualidade faz parte dessas interações, a orientação sexual é definida por relação com os outros, e a identidade de género não pode ser definida unicamente por relação ao sexo biológico, mas sim por uma perceção complexa que cada um tem de si mesmo e em relação aos demais, baseada numa construção de identidade que não é possível assegurar biologicamente apenas.

É importante salientar que o termo “ideologia de género” é um termo criado no meio neoconservador, católico e não só, para se referir aos estudos de género. A palavra “ideologia” é aqui utilizada para depositar uma carga negativa ao tema e, com isso, passar a ideia de que falar sobre género e sexualidade não mais é do que uma “lavagem cerebral” à sociedade, como afirmam.

Conforme o fundamento do CHEGA, o ensino da igualdade de género nas escolas é uma tentativa da esquerda retirar direitos e liberdades às crianças e aos pais, afastando-os da educação dos seus filhos, e também destruir a “família natural, composta por homem, mulher e prole”.

“Não deixa de ser, no entanto, curioso, que a esquerda, supostamente o bastião das liberdades humanas e sociais, queira retirar a liberdade às crianças e aos seus pais, a escolha de como melhor educarem os seus filhos. Querem implementar obrigatoriamente em todas as escolas públicas, até ao 12º ano de escolaridade, o ensino da “igualdade de género”. Não há liberdade para escolher, os alunos TÊM de assistir a esta “disciplina”, em nome dos “direitos humanos e da diversidade”. Quem não desejar frequentar, depressa é apelidado de homofóbico, antiquado e fascista. Esta iniciativa preocupante, visa apenas a doutrinar as crianças para uma série de barbaridades como a ideia de que todos os seres humanos nascem sem um sexo definido e que só desenvolvem uma identidade sexual através da cultura. Promovem a possibilidade do homem ou da mulher mudarem de sexo, como um direito fundamental, e, incentivam a relações entre pessoas do mesmo sexo. Em suma, o objetivo é quebrar a estrutura da família natural, composta por homem, mulher e prole.” (CHEGA, 2019)

Outra das argumentações que o CHEGA apresenta para se colocar contra a partilha de conhecimentos e práticas de igualdade de género, é através da crítica ao marxismo, responsabilizando esta corrente de formatar o pensamento dos filhos e das famílias. Baseia-se, portanto, na taxa de natalidade em Portugal que continua demasiado baixa para permitir a renovação de gerações; expõe também que o índice de divórcios é demasiado alto; a gratuitidade da pílula e do aborto são também anunciados como fatores problemáticos e, acusa ainda a “geringonça”, com o aval do PSD e do CDS, de investir dinheiro dos portugueses em medidas que visam a doutrinação das futuras famílias em

Portugal, pois incitam à mudança de sexo de menores e à promiscuidade, e comprometem o futuro da segurança social.

“É fácil perceber, porque uma europa sem filhos, velha, caduca e estéril, deseja a todo o custo importar gerações e gerações de estrangeiros do norte de África, infelizmente o motivo não é humanitário, o grande motivo é apenas a sustentação da segurança social, a qual está assente numa pirâmide etária típica onde a base é maior que o cume.” (CHEGA, 2019)

A agressividade do discurso é uma das grandes características do populismo e a desumanização das causas é, de facto, uma estratégia para fazer valer a sua raiva, xenofobia e misoginia acima de todas as coisas.

O partido liderado por André Ventura é contra a educação obrigatória para a cidadania nas escolas. “O deputado do CHEGA considera que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento não deve figurar na lista de disciplinas escolares de frequência obrigatória.” (CHEGA, 2019). Esta posição tornou-se palco de polémica depois de, em 2020, dois irmãos de uma escola de Famalicão terem reprovado o ano letivo por falta de comparência nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento. Os pais desses alunos alegaram que não são a favor que os filhos frequentem essa disciplina, pois consideram que os conteúdos programáticos lecionados não são adequados ao tipo de educação que desejam que os filhos recebam. Consideram ainda que a existência dessa disciplina como parte do programa escolar é uma ofensa à Carta dos Direitos Humanos, pois vai contra as liberdades individuais dos pais e das mães.

Maria Helena Costa é uma das figuras do CHEGA que tem dado que falar. Presidente da “Associação Família Conservadora” e dirigente da concelhia do CHEGA da Póvoa de Varzim, escreve artigos no jornal *Observador*, divulga nas redes sociais vídeos seus, apresentando o que é a ideologia de género e também é autora de um livro sobre essa matéria. Pertence à igreja evangélica e é uma farta defensora dos bons costumes cristãos e conservadores.

A dirigente do CHEGA tem publicado vários vídeos onde aborda as questões de género; a submissão da mulher ao marido e, nomeadamente, a discordância da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento” nas escolas. Os seus argumentos são basicamente os mesmos que referi acima, apresentados pelo partido. Fundamenta-os com as suas convicções cristãs e trata os temas de género com repúdio e intolerância – “as associações LGBT são uma seita” (Maria Helena, 2021) – e a disciplina de Cidadania é uma manipulação da comunidade educativa e do Estado sobre as crianças já

que, na sua opinião, normalizar outras orientações sexuais e identidades de género que não as heteronormativas é um absurdo, para além de estarem a incentivar as crianças a terem comportamentos sexuais inadequados para a fase de vida em que se encontram, ridicularizando as formas de inclusão de grupos discriminados socialmente.

Claro que, como em tudo, casos insólitos acontecem e, obviamente, deseja-se que os professores que lecionem esta disciplina o façam com profissionalismo e ética. Porém, o cenário ideal nem sempre é o cumprido e então situações ocasionais de insucesso nesta disciplina passam a ser um alvo de ataque fortíssimo, abrindo espaço a generalizações que caminhem para a mensagem de alerta que estes grupos conservadores querem transmitir.

Recentemente, Miguel Salazar, um dos filhos de Helena Costa, numa entrevista ao jornal *setenta e quatro*, partilhou os abusos de que sofreu por parte dos pais e da igreja evangélica que frequentava, quando se assumiu homossexual. Submeteram-no a terapias de conversão e diversas formas de violência verbal e física.

“Conversei com o meu professor da igreja sobre a minha orientação sexual. Acabei por lhe contar e, apesar de lhe ter pedido segredo, disse que se não falasse em casa que iria eventualmente dizer. Até que um dia cheguei a casa e toda a gente sabia, já tinha sido comunicado ao pastor e à mulher do pastor. Também me disseram que já tinham arranjado uma solução. Fizeram uma reunião e os seis – o pastor, a mulher do pastor, o meu pai, a minha mãe, o meu professor e a mulher do professor – disseram que tinham decidido que o ideal era eu ir a um psicólogo que também fazia parte da Assembleia de Deus e era presidente do grupo [evangélico] universitário. Decidiram que para me curar o ideal era ir conversar com ele.”
(Miguel Salazar, jornal *Setenta e quatro*, 2021)

Acerca da violência dos pais, conta:

:

“Foi basicamente chapada, puxa cabelo, chapada, puxa cabelo. Chegou uma altura em que já estava farto de apanhar, comecei a chorar, baixei a cabeça e o meu pai levantou-se, chegou a mão toda para trás e deu-me uma chapada com imensa força na cabeça.” (Miguel Salazar, jornal *Setenta e quatro*, 2021)

Posto isto, as pessoas que criticam a disciplina Cidadania nas escolas e que querem impor uma reforma no ensino baseada nos bons valores cristãos e da pátria, são as mesmas que cometem as maiores atrocidades contra a liberdade e dignidade humana. São estas as “pessoas de bem”, os “portugueses de bem” que o CHEGA tanto aclama.

7.1.4- A questão do aborto

O aborto é outro dos calcanhares de Aquiles dos regimes populistas. É comum em todos os países onde vigoram esses sistemas políticos e, com o CHEGA, não é diferente. A posição de André Ventura em relação ao aborto baseia-se numa lógica altamente contraditória já que, enquanto estudante universitário, defendia e assumia uma posição completamente oposta, bastante mais humanista, em relação a temas como o aborto; a eutanásia; a prostituição e a legalização de drogas leves.

Em maio de 2020, o *Diário de Notícias*, publicou um apanhado de passagens e registos de André Ventura, fazendo uma comparação entre o estudante e o político.

Numa publicação sua no Facebook, o líder do CHEGA escreveu: "Sinto, sei, que de alguma forma a minha missão política está profundamente ligada a Fátima. É este, talvez, o meu grande Segredo." (André Ventura, 2020).

Estas tiradas do CHEGA não são ao acaso. São tentativas para se aproximar da Igreja e dos crentes, a fim de fundamentar as suas convicções nas explicações religiosas e criar uma empatia de linguagem muito similar àquela que é a realidade de pensamento de muitos portugueses. Mas, nem sempre a sua visão foi favorável perante a fusão de poderes entre política e religião. Num texto publicado em 2004 na revista da Associação de Estudantes da Universidade Nova de Lisboa, debatia-se pela desvinculação "do Estado face ao domínio religioso no seu conjunto, não apenas no sentido institucional mas também em diversas áreas da vida institucional e política, especialmente em matérias de índole ética, moral e até jurídica." (André Ventura, 2004).

Quanto à descriminalização do aborto e da eutanásia, que sublinhava ter sucedido na maioria dos países da Europa, embora em Portugal se mantivesse como um crime, Ventura expunha e explicava o motivo:

"Ainda bem que o Estado tem força e vontade de se assumir como plataforma de consenso, ainda bem que o Estado, enquanto expressão da comunidade política, prossegue os fins e defende os valores essenciais dessa mesma comunidade, sem interferir em domínios cuja competência deve caber apenas aos indivíduos, no âmbito do seu fundamental direito à liberdade individual, de consciência e de mundividência. Ainda bem que o

Estado não decide arvorar-se de vestes paternalistas, indicando-nos o caminho a seguir, explicando-nos o que é bom e o que é mau." (André Ventura, 2004)

Completa separação entre a esfera religiosa e a político-jurídica, é o que defendia o Ventura de 21 anos, no texto citado. Não é a primeira vez que se revelam posições, argumentos e olhares da realidade de um André Ventura do passado em completa contradição com o do presente. A sua tese de doutoramento, entregue em 2013, critica a discriminação das minorias – nomeadamente dos muçulmanos -, o endurecimento das leis criminais; o aumento dos poderes das polícias em Portugal a ponto de constituir uma “subversão da Constituição”; e acrescente aceitação nas democracias europeias da prisão perpétua e da pena de morte. Enquanto estudante de doutoramento, o atual líder que se autocaracteriza como “securitário”, preocupava-se com o "crescimento do populismo punitivo, ou populismo penal", que descrevia como "o processo pelo qual os políticos aproveitam, e usam para sua vantagem, aquilo que creem ser a generalizada vontade de punição do público". (André Ventura, “Europa e laicidade: que futuro”, 2004)

Segundo o *Diário de Notícias*, Teresa Beza, professora catedrática na Universidade Nova de Lisboa e professora de André Ventura aquando da sua licenciatura, comentou recentemente no Facebook: “Agora defende tudo ao contrário do que defendia nas minhas aulas”. Contou ao *Diário de Notícias* que :

"(...) numa aula de Direito Penal falou-se de questões de criminalização/descriminalização do aborto. (...) André Ventura defendia uma posição de "abertura progressista". Fazia-o com grande habilidade e aparente convicção que me ficaram na memória por me parecer que ele falava em parte como se quisesse defender uma posição que imaginava próxima da que supunha ser a minha. Ao vê-lo recentemente a defender perspetivas muito radicais e populistas, lembrei essa sensação de "oportunismo" que me ocorrera ao ouvi-lo." (Teresa Beza, 2020).

O que estamos a ver? O oportunismo sempre esteve presente. Ou André Ventura veste agora uma personagem, munindo-se de pretextos religiosos para convencer um determinado público, contrariando todas as suas convicções passadas, ou então, André Ventura sempre pensou como pensa agora e nos seus tempos de estudante viu alguma vantagem em tomar posições progressistas que fossem de encontro àquilo que imaginava dar-lhe alguma abertura de caminho profissional e benefícios. O que é certo é que esta reviravolta moral queima a ética imprescindível para defender os direitos de uma população.

Em 2020, os militantes do CHEGA, reunidos em Évora, foram chamados a votar a seguinte proposta : Todas as mulheres que abortem no Serviço Público de Saúde, por razões que não sejam de perigo imediato para a sua saúde, cujo bebé não apresente malformações ou tenham sido vítimas de violação, devem ser retirados os ovários, como forma de retirar ao Estado o dever de matar recorrentemente portugueses por nascer, que não têm quem os defenda no quadro atual. Esta moção foi rejeitada pela grande parte dos militantes reunidos na II Convenção do partido – num universo de 254 delegados, 216 votaram contra e 38 foram favoráveis à aprovação desta proposta. O autor desta moção estratégica foi Rui Roque, ex-militante do Partido Renovador e atual militante do CHEGA.

Várias foram as notícias e as publicações nas redes sociais a anunciar que o CHEGA teria aprovado essa lei, porém, esses enunciados não correspondem à verdade. O CHEGA não aprovou a moção, no entanto, não se pode deixar de realçar que 38 pessoas do partido, que votaram essa proposta, estão de acordo com a retirada dos ovários a mulheres que abortem por razões externas às impostas pelo mesmo. Trata-se de um profundo abuso à liberdade e integridade feminina e, em mais um aspeto, pode comprovar-se a ameaça crescente que o populismo representa sobre as mulheres.

7.2- Casos práticos de análise em relação ao partido “VOX” - contexto espanhol

7.2.1- Lei trans (perspetiva VOX)

Este ano, em Espanha, assistiu-se à aprovação de uma lei histórica – a lei da autodeterminação de género que visa defender os direitos das pessoas trans.

Em fevereiro deste ano, quando se debatia no parlamento espanhol esta proposta de lei e as suas respetivas alíneas, surgiu um choque entre dois grandes grupos quer políticos, quer ativistas. De um lado, os socialistas (partido PSOE) e as feministas e, do outro, o grupo parlamentar Unidas Podemos e a comunidade LGBTQ+. Para os socialistas e feministas não basta um homem sentir-se mulher, por exemplo, para ser reconhecido como tal, enquanto do outro lado se ergue a bandeira do transativismo que defende a autodeterminação de género e a despatologização de pessoas transsexuais, ou seja, que deixe de se considerar a transsexualidade como uma doença, a disforia de género.

Carmen Clavo, vice primeira ministra, é uma das vozes de oposição desta proposta de lei redigida pelo Ministério da Igualdade de Irene Montero, uma das dirigentes de topo do Unidas Podemos. Carmen Calvo é também secretária da igualdade pelo PSOE e assumiu a pasta do Ministério da Igualdade até à coligação com o Unidas Podemos, argumenta que: “a autodeterminação do género defendida pela teoria *queer* "confunde as mulheres como sujeito político e jurídico, pondo em risco os direitos, as políticas públicas de igualdade e as conquistas do movimento feminista" (Carmen Calvo, 2021). Confessou também estar “fundamentalmente preocupada com a ideia de que o género é escolhido sem mais do que a mera vontade ou desejo, pondo em risco os critérios de identidade dos restantes 47 milhões de espanhóis”.

Esta rixa entre feministas e a comunidade LGBTQ não é novidade no contexto espanhol, isto porque, o movimento feminista em Espanha é radical. A questão da mulher e dos seus direitos é tratada separadamente do movimento LGBTQ, ainda que, como sabemos, a raiz da opressão seja a mesma em ambos os grupos. Contudo, são tomadas como lutas diferentes e o feminismo radical coloca várias barreiras ao movimento trans, especificamente, a começar pela conceção que cada grupo tem daquilo que é ser mulher. Em termos mais simples, o feminismo radical vê no movimento trans uma espécie de ameaça, pois considera que as conquistas do movimento feminista e as batalhas políticas, morais,

sociais e institucionais que as mulheres enfrentaram ao longo da história contra a sua opressão, podem ser reduzidas a nada quando existe a possibilidade de qualquer pessoa, neste caso homens, se autodeterminarem mulheres.

Este anteprojeto de lei previa assegurar três dimensões principais. A autodeterminação de gênero, prevendo a mudança de sexo nos documentos oficiais com a manifestação de vontade. Até esse momento, um indivíduo necessitaria de um diagnóstico médico e de tratamento hormonal durante pelo menos dois anos. Outro ponto, longe de reunir consenso, tem a ver com o fator idade. O documento do Ministério da Igualdade estabelece os 16 anos como idade em que uma pessoa pode solicitar a mudança de sexo, porém seria possível com 12 anos pedir essa alteração, seja com o consentimento dos pais ou através da procuradoria, caso não exista o acordo parental e, por fim, o sexo omissivo. As pessoas que se considerem não binárias, isto é, nem do sexo masculino nem do sexo feminino, podem pedir a omissão do sexo nos documentos de identificação.

No final de junho deste ano, a lei foi finalmente reconhecida, com alterações no que respeita autodeterminação de gênero. Os jovens a partir dos 14 anos podem fazê-lo e os menores, entre os 12 e os 13 anos – incluídos na primeira proposta de lei – podem alterar o gênero e o nome, mas precisam de autorização judicial.

As pessoas transsexuais e transgênero vão poder mudar o nome no registo civil e o gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de testemunhas, exames ou relatórios médicos e sem terem de recorrer a tratamento hormonal ou cirurgia.

Irene Montero, ministra da igualdade mostrou-se feliz e solidária com todas as pessoas que sentiram, em algum momento, que as suas vidas não importavam.

"É uma lei histórica. Finalmente, as pessoas trans vão deixar de ser tratadas como se tivessem uma patologia. Esta lei é um pedido de desculpas sincero a todos os que sentiram que este país lhes disse que as suas vidas valiam menos. As vossas vidas importam". (Irene Montero, 2021)

Acrescentando ainda:

"Esta lei rompe com o medo, rompe com a culpa de ser quem cada um de vocês quer ser. Acho que é uma mensagem poderosa: não são caprichos, não são desejos, são direitos e a partir de agora são também lei". (Irene Montero, 2021)

Para além dos direitos e liberdades das pessoas trans, a comunidade LGBT no geral conseguiu também novas garantias. Ficam proibidas as terapias de conversão e condicionamento da sexualidade, mesmo com o consentimento das pessoas envolvidas. Esta medida foi votada a favor pelo Congresso dos Deputados, à exceção da extrema direita que se absteve. As mulheres lésbicas podem agora filiar os filhos sem a condição de estarem casadas e podem também recorrer a tratamentos de reprodução assistida no Serviço Nacional de Saúde, direito esse que tinha sido retirado há 7 anos pelo Partido Popular. A ministra espanhola, aproveitou este momento para mandar uma mensagem muito importante para a Europa: "Com esta lei também mandamos uma mensagem poderosa à Europa, num momento em que países como a Polónia ou a Hungria estão a pôr em risco os direitos e as vidas das pessoas LGTBI. Perante o seu ódio, mais direitos, mais leis e mais políticas públicas". (Irene Montero, 2021).

Lourdes Monasterio, deputada do VOX, explicou que esta lei "não tem nada a ver com o reconhecimento dos direitos das pessoas transexuais" e que "não resolve o seu sofrimento", porque "vários preceitos da Constituição são violados e tem como finalidade reconhecer o direito à autodeterminação sem nenhuma base científica e contra a biologia". Questionando ainda: "Você acredita seriamente que a mudança de registro e a manifestação de um desejo podem modificar a realidade ou a biologia? Você acredita nisso?" (Lourdes Monasterio, 2021)

Independentemente das falhas que esta lei possa conter, tal como todas as outras, parece óbvio que a posição do VOX é preservar o seu espectro conservador, ignorando os papéis de género que se assumem para lá da biologia. Outra questão importante e comum nestes debates com os partidos populistas no que respeita à transsexualidade, é que insistem em dizer que a biologia é ignorada, quando o que acontece na realidade é que a biologia, para além de ser uma dimensão real e importante, não pode, por si só, condicionar ou definir o que cada um será ou se identificará. E é precisamente esta barreira que se quer superar com os direitos das pessoas trans e comunidade LGBT.

7.2.2- Tentativa de eliminação de um mural feminista em Madrid - Movimento “No mural não se toca”

Em janeiro de 2021, na cidade de Madrid, mais precisamente os vizinhos do bairro da *Concepción*, protestaram contra a iniciativa do VOX querer apagar e substituir uma pintura feminista, num mural de 60 metros, feita pela comunidade num polidesportivo. O mural retrata 15 mulheres conhecidas pela luta pela igualdade, como Rosa Parks, Frida Kahlo, Angela Davis, Chimamanda e, junto delas, a frase: “As capacidades não dependem do género”.



Figura 3: Mural Feminista em Madrid.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mural_feminista_Concepci%C3%B3n_compu

Para a comunidade, este mural é um aplauso à luta pela igualdade e uma homenagem importantíssima ao feminismo e à luta destas e de todas as mulheres. Já para a extrema-direita espanhola, é uma “mensagem política” que não deve estar num polidesportivo municipal. Deste modo, o VOX apresentou uma moção à junta de distrito para eliminar o mural e substituí-lo por um tributo aos atletas paralímpicos, moção essa aprovada também pelo Partido Popular e Cidadãos.

De acordo com o Jornal *Público*, a proposta ainda não tinha surtido efeitos e o mural já tinha sido vandalizado – a palavra “género” foi substituída por “sexo”. Podemos ver aqui uma forte semelhança com o contexto português em relação à crítica que fazem da palavra “género”, pois acreditam que esta foi criada para substituir o “sexo” e para sobrepor as dimensões culturais e sociais à biologia. Pode ler-se no *Twitter*: “Vaya, las transfobas ya se han encargado de destrozar el mural antes que VOX” - (“Vá, as transfóbicas já se encarregaram de destruir o mural antes do VOX”) . Estas transfóbicas podem ser qualquer grupo aleatório que não aceite pessoas transgénero ou um grupo particularmente intimidado por essas pessoas, nomeadamente, as feministas radicais que em Espanha se debatem bastante perante a transsexualidade, uma vez que, acreditam que apesar de uma pessoa se poder vestir, sentir e comportar como uma mulher, não o é se o seu sexo biológico não corresponder.

Porém, nem com toda esta azáfama os habitantes do bairro se conformaram. Prepararam-se de imediato para a mobilização em defesa do mural, enquanto esta polémica começava a ganhar visibilidade. Pedro Sánchez, que preside o governo espanhol pelo Partido Socialista, escreveu no *Twitter*: “Os vossos atos não respondem a razões, tampouco têm efeito. A luta feminista para alcançar a igualdade é uma marca inapagável na nossa história.” A ministra da Igualdade, Irene Montero, também denunciou esta tentativa de eliminar o mural.

O alcaide de Madrid, José Luis Martínez-Almeida do Partido Popular, saiu em defesa da proposta do VOX, dizendo que era “uma aposta muito razoável”, pois “o mais lógico é que, não sendo o feminismo patente de ninguém, numa escola desportiva haja um mural com cinco mulheres e cinco homens que tenham competido nos jogos paralímpicos” e “representa o feminismo e o desejo de superação melhor que o mural anterior.

Não há dúvidas absolutamente nenhuma do quão importante seria retratar num mural essa força e superação de atletas paralímpicos, mas será que se o mural que queriam apagar fosse uma pintura onde estivessem representados homens, esta proposta se colocaria? Mais, será que para se fazer um mural com a proposta apresentada pelo alcaide de Madrid, seria mesmo necessário apagar uma pintura feminista? Não haverá outros locais em Madrid onde se possa retratar atletas paralímpicos, e assim todos terem lugar e representatividade? Porquê “apagar” as mulheres? Está mais do que claro o ódio que a extrema-direita tem pelas mulheres, um ódio por quem contesta o poder e o lugar que muitos têm sem que alguma vez tivessem que lutar por isso. Acima de tudo, acima

do ódio, é o medo. A extrema direita tem medo das mulheres e do feminismo. Enma Lopez do Partido Socialista em Madrid, rematou: “Há várias paredes para pintar, sem ter que se apagar as mulheres.”

No domingo, 24 de janeiro, dezenas de habitantes do bairro concentraram-se junto da pintura e os criadores do mural asseguraram que vários colégios tinham entrado em contacto para replicar o desenho noutras paredes. Cerca de 50 associações de moradores mobilizaram-se para se manifestarem contra a decisão com o lema: #elmuralnose toca (“no mural não se toca”). Foram os habitantes do bairro que idealizaram e pintaram este mural em comunidade, para além de se identificarem com o seu propósito. Dois dias depois, o partido “Más Madrid”, apresentou uma moção para manter o mural e, felizmente, com o apoio do Partido Socialista e do Cidadãos, que alterou a sua posição, o mural foi respeitado. O VOX acusou este partido de “falta de lealdade”, pois sem apoio a sua proposta não foi levada avante.

A extrema direita não respeita o feminismo nem o espírito de comunidade comungado pelos vizinhos do bairro, que se dedicaram emocionalmente, politicamente e artisticamente na representação de mulheres fortes que ajudaram e continuam a ajudar a história de todas as mulheres.



Figura 4: Protesto dos vizinhos do bairro de Madrid contra a proposta do VOX para a eliminação do mural feminista. "No mural não se toca".

Fonte: <https://www.rtve.es/noticias/20210124/barrio-madrid-unido-para-reclamar-mural-feminista-no-se-toca/2069161.shtml>

7.2.3- Deputada do VOX compara feminismo a um cancro.

Após uma proposta da Unidas Podemos que visava eliminar os estereótipos de género nas escolas e incluir a criação de uma disciplina de “Educação em Valores”; a revisão de manuais com uma perspetiva feminista; garantir a liberdade de escolha em relação aos uniformes e a criação de pátios escolares inclusivos, a eleita pelo partido de extrema-direita VOX, Alicia Rubio, classificou essas propostas como “tolices” e “disparates ideológicos” e mostrou-se inquieta com o “lesboterrorismo” e com o “pornofeminismo”.

Neste caso prático, vemos outra semelhança com o caso português em relação à disciplina de Cidadania e dos seus conteúdos, em que o CHEGA diz serem ideológicos e impróprios . Educar as crianças para os valores de inclusão, respeito pelas diferenças, não discriminação, igualdade são, segundo esta integrante do VOX, “tolices” e menciona termos puramente sensacionalistas como “lesboterrorismos” e “pornofeminismo”, para aterrorizar a população e conseguir convencer os eleitores de que esta disciplina incita a práticas perversas.

Segundo o *Diário de Notícias*, Alicia Rubio disse: "Eu faria da costura de botões uma disciplina obrigatória, em vez de feminismo (...) A costura de botões empodera muito". (Alicia Rubio, 2019)

Ora, uma vez mais, o VOX demonstra o seu profundo machismo e intolerância para com o feminismo. Fazer da costura uma disciplina não seria redutor se essa disciplina fosse também dirigida para homens, certamente seria empoderador na medida em que capacita homens e mulheres em tarefas úteis no seu quotidiano. Porém, a verdadeira intenção do VOX não é capacitar homens e mulheres para essa tarefa, é sim continuar a limitar o nível de alcance das mulheres, afastando-as do domínio público, da liberdade de opinião, e da possibilidade de, desde tenra idade, poderem ganhar consciência acerca do seu lugar no mundo e de como podem romper com os papéis de género que lhes são atribuídos.

A representante citou ainda Milo Yannopoulos, ex-diretor do *site* de extrema-direita norte-americano, ao afirmar que “feminismo é cancro” e que “todos conhecem casos de mulheres que denunciam os maridos para conseguir um acordo melhor em caso de divórcio. Negar isto é como defender que a Terra é plana”, disse Rubio. Para além desta generalização de menosprezo ao feminismo, a deputada municipal menorizou os dados sobre a violência de género: "Nós, as mulheres,

estamos muito pior do que na Arábia Saudita, estamos terrivelmente mal", acrescentando também: "Mata-se por muitas razões, vejam filmes policiais."

A ironia e descaso com que trata a violência de gênero, revela que com o VOX as vítimas de qualquer tipo de violência não podem contar, pois estas declarações não deixam dúvidas para o quão banalizada é a violência para este partido.

Para colmatar esta ideia, Alicia Rubio escreveu o livro *Quando nos proibiram ser mulheres...e perseguiram-vos por serem homens*, abordando a questão da "ideologia de gênero" como "a negação da base biológica da pessoa, ao construir um ser humano baseado apenas na sua natureza cultural, o que gera no indivíduo um alto grau de infelicidade e irracionalidade". Quando a deputada fala de proibirem as mulheres de serem mulheres, está a utilizar a armadilha de que os estudos de gênero e o feminismo não deixam as mulheres serem mulheres por mostrarem que elas podem ser não o que lhes impõem, mas sim o que elas quiserem ser, assim como lutar pelos direitos da comunidade LGBTQ+, também não incentiva ninguém a ser gay, lésbica, trans ou outro, simplesmente garantem-se os direitos de quem o é.

A sua obra acabou por ser premiada pela associação católica e ultraconservadora "Hazte Oír", pois consideraram que Rubio denunciou as políticas de gênero, que a Igreja católica também reprova. Por outro lado, a sua presença em debates tem sido barrada em várias instituições como a Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid. De acordo com o *Diário de Notícias*, depois de uma conferência em Santander ter sido adiada, em 2018, sobre a ditadura e ideologia de gênero, a deputada do partido de Santiago Abascal repostou, dizendo que grupos feministas e LGBTQ são uma "máfia miserável e liberticida financiada com dinheiro público".

7.2.4- A questão do aborto

A questão do aborto, tal como acontece com o partido de extrema-direita português, é motivo de bastante agitação política em Espanha. O VOX, com o apoio do Partido Popular, impõe fortes barreiras e penalizações a mulheres que pretendam recorrer ao aborto.

Em novembro de 2021, o Partido Popular e o VOX tentaram paralisar a reforma que pretendia levar ao Código Penal um delito específico para castigar quem "moleste ou contenha" as mulheres que

recorrem às clínicas para abortar. A proposta de lei apresentada pelo Partido Socialista, que iniciou este caminho parlamentar em setembro, porém o Congresso teve que votar tendo em conta as emendas da direita (Partido Popular e VOX). Segundo o jornal espanhol *OeDiario.es*: “Ambos textos defendem que a iniciativa "criminaliza" os direitos de "quem pensa e crê diferente" e que já há ferramentas para perseguir el assédio, e marcam a atividade dos ultracatólicos às portas dos centros num "trabalho de informação e apoio".

O que se previa é que as alterações sugeridas pela direita fossem rejeitadas pelo plenário, isto porque o Partido Popular e o VOX foram os únicos que se opuseram a esta reforma numa sessão em que um deputado de extrema-direita chamou “bruxa” a uma socialista. O tema entrou no congresso pela primeira vez com o objeto de tentar por fim às tentativas de obstaculizar o aborto, feitas por grupos que cercam as imediações das clínicas com cartazes que dizem – “Quando abortas, uma parte de ti também morre” – com o objetivo de assediar moralmente as mulheres que por determinado motivo precisem de optar pela interrupção da gravidez. São grupos constituídos por ultracatólicos, *Hazte Oír* (“Faz-te Ouvir”) é um dos mais conhecidos em Espanha por se agregar à extrema direita e fazer da moral uma estratégia para culpabilizar e demonizar as pessoas que não seguem os valores tradicionais defendidos por esses grupos.

A proposta do Partido Socialista contempla penas de prisão que poderão ir de três meses a um ano, ou trabalhos em benefícios da comunidade para quem moleste, contenha ou persuada a liberdade de uma mulher que pretenda exercer o seu direito de interrupção voluntária da gravidez, promovendo, favorecendo ou participando em concentrações nas proximidades das clínicas de aborto, invadindo assim o direito das mulheres à sua intimidade e privacidade.

Segundo o Partido Popular, estas medidas criminalizam os direitos das pessoas que são contra o aborto, pois não está de acordo que se penalize quem cerca as clínicas, uma vez que, apenas estão a informar as mulheres das consequências daquilo que irão fazer. Argumentou também que no caso de conflito, as forças policiais já existentes têm competência para atuar, dispensando assim a formalização desta lei proposta pelo Partido Socialista.

Em dezembro de 2019, o VOX organizou uma missa em Sevilha em memória das crianças abortadas durante esse ano e, “pelas mulheres em perigo de exclusão ou com pensamentos em abortar”, adiantou o *Jornal de Notícias*. A campanha teve como nome “Deixe-o nascer” e esta iniciativa teve como organizador o grupo municipal do VOX de Sevilha que, através das redes sociais apelou à

comunidade que participasse na missa para que dessem “assistência a um ato de caridade tão piedoso”.

O aborto é legal em Espanha, desde 1985, e até às 14 semanas de gestação. De acordo com a Agência Lusa, através de dados da Associação de Clínicas Acreditadas para a Interrupção da Gravidez de Espanha, 500 mulheres portuguesas deslocaram-se ao país vizinho para fazer um aborto em 2017. Algumas mulheres ter-se-ão dirigido a Espanha para realizar o aborto por questões de privacidade e outras por terem ultrapassado o prazo legal para o fazer, já que no caso de Portugal esse prazo corresponde a 10 semanas.

O VOX é manifestamente contra o aborto e vinca consecutivamente essa posição quer nos comícios, quer em entrevistas e participações em programas. Em outubro de 2020, Santiago Abascal, líder do VOX classificou o aborto como um assassinato numa entrevista para o canal de televisão *LaSexta*, afirmando que a prática do aborto como está legislada, significa acabar com a vida de outras pessoas” e, continuou: "Há muitas mulheres que defendem que o corpo é delas, mas o que elas têm dentro não é o corpo delas".

A forma como o partido de extrema-direita espanhol vê a prática do aborto e o que entendem sobre as mulheres que abortam, é muito semelhante à do CHEGA em Portugal. Apropriam-se dos mesmos valores cristãos, têm o apoio da Igreja e dos grupos religiosos ultraconservadores, e jogam com estratégias absurdamente manipuladoras para pressionarem não só as mulheres que interrompem a gravidez, mas também toda uma sociedade que ficará inerentemente à mercê de uma moral católica para viver e julgar os seus atos. Defendem a vida acima de todas as coisas, porém exigem a pena de morte em simultâneo. O VOX é, neste momento, a terceira força política em Espanha assim como o CHEGA em Portugal e a tendência é crescente, o que se torna deveras preocupante para uma sociedade que se quer livre e, neste caso, para todas as mulheres que se querem livres.

8. Apresentação e Discussão dos resultados

Neste ponto, irei prosseguir com a apresentação e discussão dos resultados, fazendo referência ao contributo teórico que foi utilizado na elaboração da presente dissertação e aos casos práticos analisados na metodologia, que representam as ameaças à liberdade feminina que os partidos CHEGA, em Portugal, e VOX, em Espanha, têm criado.

Sobre o contexto português foram analisados quatro casos onde o partido de extrema-direita, liderado por André Ventura, manifestou comportamentos extremamente misóginos, machistas, homofóbicos e discriminadores.

O primeiro deles foi o comentário que André Ventura dirigiu sobre a sua colega Marisa Matias, representante do Bloco de Esquerda nas eleições presidenciais em janeiro de 2021. Segundo o líder do CHEGA, Marisa Matias: “Não está muito bem em termos de imagem, *performance*. Assim com os lábios muito vermelhos, como se fosse uma coisa de brincar...” (sorrindo ironicamente). (André Ventura, 2020). Este juízo deu origem a um movimento de protesto contra André Ventura e, simultaneamente, de apoio a Marisa Matias, conhecido como #VermelhoemBelém. Ventura comparou uma mulher a “uma coisa de brincar”, querendo ridicularizá-la por usar um batom vermelho, aquando do frente a frente que ambos participaram para debaterem as suas propostas políticas, caso cada um fosse eleito/a para ocupar o cargo de Presidente da República. Esta manobra sexista, muito jogadas pelos populistas, não é novidade. Aconteceu com Trump e Clinton; com Bolsonaro e Dilma, e acontece em todos os âmbitos em que os adversários dos populistas são no feminino. Existe, como explicou Fassin, uma grande necessidade de demonstrarem a sua hétero-masculinidade, a masculinidade tóxica e, para isso, o ataque consiste em inferiorizar e humilhar as mulheres que tentem ascender nos domínios que, no entender dos populistas, só os homens podem ter lugar.

O voto de congratulação do CHEGA à Hungria, foi mais um momento em que o partido de extrema-direita manifestou uma posição discriminatória e agressivamente desrespeitosa com a comunidade LGBT+. O voto de congratulação que o CHEGA propôs à Hungria na Assembleia da República, consistia em congratular o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, também de extrema direita, pela lei que proíbe a divulgação de conteúdos a menores de 18 anos que “mostre ou promova a sexualidade, a mudança de sexo ou a homossexualidade”. Este diploma foi incluído num pacote legislativo mais abrangente que vem agravar as penalizações para o crime de pedofilia. Ou seja, a homossexualidade passou a ser considerada um crime e, pior, comparada a pedofilia.

Dezenas de Associações saíram em defesa dos direitos humanos e, em particular, pela defesa dos direitos da comunidade LGBTQ+, pois esta lei é inconstitucional e viola os valores da União Europeia. Von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, manifestou-se de imediato, contestando esta lei e admitindo que “é uma vergonha”, pedindo aos comissários para enviarem uma carta a exprimir as preocupações com esta lei antes de entrar em vigor.

Com esta lei, a Hungria pretende criar uma estrutura social que vá de encontro ao modelo de sociedade que querem implementar. Famílias religiosas, tradicionais, muitos filhos, um chefe de família homem, uma mulher recatada e submissa ao seu marido são a equação perfeita para a extrema-direita. A forma como o governo húngaro despreza a comunidade LGBTQ+ serviu de inspiração para o CHEGA e mostra como a extrema-direita em Portugal atuaria se chegasse ao poder. Vemos assim um profundo descaso da parte de André Ventura para com os direitos das pessoas LGBTQ+ e uma intolerância em relação a identidades de género e orientações sexuais que não correspondam às hétero-normativas.

Portugal, manteve-se neutro na assinatura da carta para contestar a lei húngara, o que facilita o caminho para os populistas conseguirem ter cada vez mais voz e poder.

O terceiro caso analisado diz respeito à reforma que o CHEGA tenciona fazer na educação. A disciplina de cidadania é motivo de discórdia e exaltação dentro da família do CHEGA, pois acreditam que os conteúdos lecionados nessa disciplina são impróprios e baralha a cabeça das crianças e dos jovens. Dos temas tratados nessa disciplina, o que foi motivo de maior confusão foi a abordagem das questões de género e sexualidade. Para os conservadores, educar para a igualdade de género; não discriminação; aceitação e respeito pelas diferentes identidades e orientações sexuais, é “ideologia de género”. Ou seja, acreditam que se está a querer convencer as crianças e os jovens a serem homossexuais, por exemplo, e a incentivá-los para que mudem de sexo. Defendem também que o conceito de “género” é a mesma coisa que “sexo”, e que “género” apenas foi criado para justificar a tal “ideologia de género”, à qual se opõem. “Deus, Pátria e Família” é a trilogia perfeita para ensinar nas escolas, já que, nesta matéria, a ala conservadora acredita que são esses os valores que as crianças devem conhecer. Porém, neste caso, só devem conhecer um Deus, uma Pátria e uma Família, pois todas as outros modos de vida, todas as outras crenças, todos os outros valores e culturas, são um pecado e ameaçam a ordem social.

A violência que exercem ao querer limitar as crianças e jovens do conhecimento sobre si mesmos e sobre os outros é brutal. Pudemos ver o exemplo de Maria Helena, evangélica e dirigente do CHEGA na concelhia da Póvoa de Varzim, mãe de um jovem de 22 anos que se assumiu homossexual e cujos relatos do filho são impressionantes. O próprio confessou a violência física e psicológica exercida pelos pais e pela Igreja evangélica que frequentava e, por aqui, conseguimos ter uma percepção concreta de como esta rede política e religiosa andam de mãos dadas para um mal comum. Mais uma vez, este é o reflexo da educação que o CHEGA quer introduzir. Esta consiste em criar filhos com medo e pais severos “à moda antiga”, que ensinem os filhos a ser aquilo que se espera deles e não aquilo que eles querem ser.

No quarto e último caso analisado no contexto português, deparamo-nos com outra grande barreira – o aborto. A forma como o aborto foi retratado neste caso está essencialmente ligada a uma contradição de posições pelas quais Ventura vai saltitando.

Como vimos, o estudante universitário e o político não são a mesma pessoa, isto é, têm percepções da realidade completamente díspares, o que num assunto desta envergadura dá que pensar, para além de não transmitir confiança e credibilidade, já que a opinião vai mudando consoante o que der mais jeito num determinado momento.

Em relação à descriminalização do aborto e da eutanásia, dizia, em 2004: “Quanto a mim, digo que ainda bem que assim é”, explicando que o Estado não deve intervir em questões que apenas cabem aos indivíduos “no âmbito do seu fundamental direito à liberdade individual”. Defendia também a completa separação entre a esfera política e religiosa. Contudo, nos dias de hoje, o líder do CHEGA tem o plano religioso muito presente nas suas falas ao povo: "Sinto, sei, que de alguma forma a minha missão política está profundamente ligada a Fátima. É este, talvez, o meu grande Segredo." (André Ventura, 2020).

Os populistas sabem que, ao invocarem Deus, têm uma força enorme sobre as pessoas, porque instigar pela fé é uma estratégia muito bem conseguida. Fala-se a mesma língua, cria uma união e identificação de valores e pensamentos, faz as pessoas acreditar que, de facto, o populista é um ser iluminado pelo Divino e que a sua missão é soberana, inquestionável.

Outra questão de grande relevo em relação ao aborto, foi a moção apresentada por um dirigente de CHEGA, onde propunha que se retirassem os ovários às mulheres que abortassem por outros motivos que não o perigo para a saúde da mãe, malformação no bebé e violação sexual. Num universo

de delegados, 216 votaram contra e 38 a favor. A moção, apesar do que correu nas redes sociais em contrário, não foi aprovada por maioria, porém, foram vários ainda os delegados que concordaram com esta proposta e isso espelha as ambições crescentes que o partido revela neste sentido.

É inegável a propriedade que o CHEGA quer retirar às mulheres em relação à sua própria intimidade, e cai assim por terra nulidade do Estado sobre as escolhas individuais que o André Ventura de 24 anos tanto se impunha.

Depois de apresentados e discutidos os casos relativos a Portugal, segue-se agora a discussão acerca do contexto espanhol.

A lei trans, em Espanha, foi marcada pelo choque ideológico dos socialistas e feministas com o partido Unidas Podemos e comunidade LGBT+. Esta lei previa a autodeterminação de género e despatologização de pessoas transsexuais, isto é, a transsexualidade deixar de ser vista como um distúrbio apelidado de disforia de género.

Para os socialistas e feministas não basta um homem sentir-se mulher para o ser efetivamente. Consideram que: “a autodeterminação do género defendida pela teoria *queer* "confunde as mulheres como sujeito político e jurídico, pondo em risco os direitos, as políticas públicas de igualdade e as conquistas do movimento feminista" (Carmen Calvo, 2021). Carmen Calvo é vice primeira-ministra e secretária de Estado da Igualdade. Assumiu a liderança do Ministério da Igualdade até à coligação do PSOE com o Unidas Podemos, porém, discorda das perspetivas de género da atual ministra da igualdade, Irene Montero.

Com esta lei, as pessoas transgénero e transsexuais podem mudar o nome e o género no registo civil e nos documentos oficiais. Montero mostrou-se feliz por todas as pessoas que, em algum momento das suas vidas sentiram que não importavam, pois “não são caprichos, não são desejos, são direitos e partir de agora são também lei”. (Irene Montero, 2021).

A posição do VOX a esta lei não foi favorável: “Você acredita seriamente que a mudança de registo e a manifestação de um desejo podem modificar a realidade ou a biologia? Você acredita nisso?” (Lourdes Monasterio, 2021), já apoiar a comunidade LGBT+ não consta da lista de prioridades para a extrema-direita.

Relativamente à tentativa de eliminação de um mural feminista em Madrid, proposta pelo partido de Santiago Abascal, foi notória a profunda desconsideração que o VOX tem pelas mulheres e pela

história das mulheres. O mural que retrata 15 mulheres que lutaram para que os seus direitos fossem reconhecidos pela liberdade feminina. A proposta do VOX era eliminar esse mural e substituí-lo com a representação de atletas paralímpicos em homenagem. Vejamos como para exaltar e claro merecidamente um grupo de pessoas, teria que se apagar as mulheres, quando existem várias outras paredes para o VOX poder prosseguir com a sua intenção.

O mural não foi apagado graças aos vizinhos do bairro que não permitiram. Reforço também que o mural foi pintado por membros da comunidade do bairro e nem esse feito iria ser tido em conta. O espírito de comunidade venceu e, partir do momento em que o VOX percebeu que não iria conseguir o seu objetivo, não mais se ouviu falar do desejo de retratar os atletas paralímpicos, pois eles foram utilizados como desculpa para o objetivo maior: apagar as mulheres, e mais do que isso, apagar as mulheres da história. Tal como vimos em André Ventura, o feminismo e as mulheres são uma grande ameaça para a extrema direita, daí a tão assoberbada vontade de as tirar do caminho.

O terceiro caso retratado foi sobre declarações que uma deputada do VOX teceu em relação ao feminismo, comparando-o a um cancro.

A história começou após uma proposta do Unidas Podemos com o objetivo de eliminar os estereótipos de género nas escolas. Para levar a cabo este objetivo, a proposta incluía a introdução da disciplina “Educação em Valores” no ensino; a revisão dos manuais com uma perspetiva feminista e também a liberdade de escolha relativamente aos uniformes.

Alicia Rubio, integrante do partido de extrema direita espanhol, classificou esta proposta como “tolices” e “disparates ideológicos”, ousando ainda utilizar os termos “lesboterrorismo” e “pornofeminismo” para caracterizar este contexto. Para contestar esta ideia, Rubio sugeriu: “Eu faria da costura de botões uma disciplina obrigatória, em vez de feminismo (...) A costura de botões empodera muito”. (Alicia Rubio, 2019). Esta tentativa constante de desmerecer outros lugares de fala para as mulheres, condicionando-as aos papéis que a sociedade sempre escolheu para elas, é um trunfo do populismo para afastar pessoas e, principalmente, mulheres inconformistas da linha da frente e dos lugares de destaque. Claro, não convém que desde cedo se ensinem as crianças, nomeadamente as meninas, que elas podem e devem lutar pelos seus direitos, pela sua própria realização e satisfação, tendo que para isso contrariar muitas das vezes as imposições quer familiares, quer políticas, morais, religiosas, sociais, entre outras.

A presença de grupos ultracatólicos é constante na divulgação deste tipo de mensagem. Querem mostrar que o feminismo está a querer proibir as mulheres de o serem de verdade e perseguir os homens pelo facto de serem homens, como espelha a obra de Alicia Rubio, premiada por um grupo ultraconservador, “Hazte Oír”.

Citou ainda Yannopoulos, ex-diretor do *site* de extrema-direita norte-americano, ao afirmar que “feminismo é cancro” e acrescentou que grupos feministas e a comunidade LGBT+ são uma: “máfia miserável e liberticida financiada com dinheiro público”.

Mais uma vez, as semelhanças com o partido CHEGA são evidentes, reforçando assim a premissa de que a extrema-direita é um monopólio que joga com regras muito bem montadas para se fazer valer e fundir-se um pouco por todo o lado, como um vírus que pode muito bem não ter um fim à vista.

Por último, o aborto. Como referenciado ao longo da explicação dos casos na parte metodológica, a questão do aborto pela perspetiva do VOX é bastante idêntica à do partido português da mesma ala.

O VOX, conjuntamente com o Partido popular tentou bloquear uma reforma que pretendia castigar quem “moleste ou contenha” as mulheres que recorram a clínicas para realizar um aborto. Isto porque, uma vez mais, grupos ultracatólicos ligados ao VOX, cercavam as imediações das clínicas com cartazes escritos com frases que manipulam emocionalmente as mulheres que iriam abortar: “Quando abortas, uma parte de ti também morre”. Este assédio moral foi normalizado pelo VOX e Pelo Partido Popular, pois defendem que as pessoas que se posicionam contra o aborto têm o direito de se manifestar e de transmitir a informação às mulheres que pensem recorrer à interrupção da gravidez.

A missa organizada em Sevilha em memória dos bebés abortados e “pelos mulheres em perigo de exclusão ou com pensamentos em abortar”, foi outra estratégia que o VOX utilizou para manobrar as massas. Basicamente, queriam transmitir que as mulheres que abortam ou que pensam em fazê-lo, precisam de quem reze por elas, já que estão no caminho do pecado. A campanha teve como nome “Deixe-o nascer” e esta iniciativa teve como organizador o grupo municipal do VOX de Sevilha que, através das redes sociais apelou à comunidade que participasse na missa para que dessem “assistência a um ato de caridade tão piedoso”.

Podemos questionar-nos se não passa pela cabeça de um populista que uma mulher não aborta só porque sim e, os casos que possam acontecer dessa forma, não podem ser generalizados para alegarem que o aborto é feito levemente. Existem condições de outro foro que, muitas vezes, não permitem que uma mulher possa prosseguir com a gravidez, e elas não podem ser ignoradas. As mulheres que se encontram nestas condições necessitam do máximo apoio possível, desde o apoio médico até ao político-judicial e social, e não de uma sociedade que seja constantemente manipulada por políticos e valores vazios para criarem divisões entre os “bons” e os “maus”; “nós” e os “outros”.

Considerações Finais

Os objetivos da presente dissertação consistiam em mostrar a atuação do populismo em relação a políticas excludentes, discriminatórias e sexistas; tentar encontrar soluções para erradicar estes comportamentos violentos que os grupos extremistas exercem sobre os direitos e autodeterminação das mulheres e que afetam a sua liberdade e dignidade humana; apurar o nível de abertura e preparação que a sociedade exerce relativamente a fenómenos de violência e desigualdade; perceber a evolução dos ativismos surgidos desde os intelectuais até às massas, com fim a colocar uma rutura a grupos monopolistas que se fazem valer cada vez mais na Europa, colocando as mulheres numa situação de vulnerabilidade inesgotável e, acima de tudo, provocar uma reflexão profunda sobre o que está a acontecer politicamente à nossa volta e o impacto desses fenómenos nas nossas vidas.

Para a melhor compreensão do populismo e a forma como estas correntes políticas ameaçam a liberdade feminina, foi imprescindível recorrer a teóricos que se debruçaram sobre a temática do populismo e, claro, sobre as questões de género. Simone de Beauvoir foi uma das principais autoras que marcou a história do feminismo e a história das mulheres viria a transformar-se para sempre depois de publicar o seu livro *O Segundo Sexo*, em 1949. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. (Beauvoir, 1949). Esta frase, por si só, diz tudo. Ser mulher é uma construção e, Beauvoir, com esta reflexão já abriu caminho para a discussão da identidade de género muito para lá do sexo biologicamente definido. Perceber a explicação do papel dos homens e das mulheres na sociedade aos seus olhos foi, sem dúvida, fundamental para a compreensão das desigualdades sociais e de género que moldam toda a estrutura social. Pôde ver-se que desde sempre as mulheres foram renegadas de certos domínios e que o seu domínio “natural” poderia ser só um – o privado. Simone foi crítica da definição das mulheres se fazer por oposição aos homens, isto é, ser mulher reduz-se ao contrário de ser homem.

Bauman, o sociólogo que nos deu a conhecer a liquidez de tudo, sobretudo da Pós-Modernidade (Modernidade Líquida), foi essencial nesta abordagem para ficarmos alertas com a não garantia dos direitos que vamos conquistando, porque nós “vivemos tempos líquidos, nada é feito para durar”. (Bauman, 1999). E apesar desta premissa, quase conclusiva, ser mais frequentemente aplicada às relações pessoais e amorosas, o “amor líquido” sobre o qual Bauman também se debruçou, tendo inclusive escrito uma obra dedicada a essa esfera, a liquidez pode ser aplicada a tudo. Tudo é efêmero e passageiro e em questões políticas não é diferente. Um direito que hoje alcançamos, amanhã pode

ser-nos retirado e a visão e experiência de Bauman em relação aos tempos Pós-Modernos não deixa margem para dúvidas. Daí, ter considerado importantíssimo e indispensável o seu contributo na minha dissertação, para mostrar que as lutas femininas não podem parar e que o combate contra as desigualdades fará sempre parte de uma agenda quer política, quer pessoal.

As relações de poder são a base para explicar como o populismo consegue ascender e como as mulheres são sempre submetidas a essas relações. Michel Foucault explicou-nos muito bem como o controlo leva ao autocontrolo com a apresentação do sistema panótico das prisões. As estruturas panóticas existem também fora dos estabelecimentos prisionais e não é necessária uma torre para podemos ver tudo e controlar tudo. Hoje, a “torre” é uma câmara de vigilância, um telemóvel, uma pesquisa na *Internet*, uma conversa presencial que não está a ser gravada, porém, laivos dessa conversa transformam-se em publicidade nas redes sociais, enfim, uma infinidade de possibilidades. A “torre” pode também ser uma regime de extrema-direita que quer controlar as mulheres sob as suas regras e orientações, debaixo de olho, quase como nos explicou George Orwell na sua relíquia chamada *1984*: “The big brother is watching you”. (“O grande irmão está a ver-te”). Não esqueçamos a PIDE ou as Tropas Franquistas nas ditaduras portuguesa e espanhola, respetivamente. O populismo encaminha a sociedade de uma forma horrivelmente controlada. Houve quem tivesse medo de pensar, acreditando que os seus pensamentos fossem lidos.

Fassin, Canovan, Georges Sorel, afincados estudiosos do populismo, não poderiam deixar de ser abordados. Explicaram modos de atuação destes regimes e como conseguem níveis de alcance absurdos, enganado a população com estratégias perigosas e manipuladoras.

Irene Pimentel, Betty Friedan, Kate Millet, Celia Amorós, “As Três Marias”, e todas as autoras que nos gratificaram com os seus preciosos contributos, relatando-nos a vida das mulheres no tempo da ditadura e como muitas dinâmicas se mantêm até hoje, estão também representados nesta dissertação.

Considero que os casos analisados na dimensão metodológica desta dissertação são um contributo à teoria já existente. Vale ressaltar que o estudo do populismo por uma lente feminista é ainda recente, não havendo, portanto, muita matéria realizada nesse sentido. O CHEGA e o VOX são partidos com pouca atuação em termos temporais, e essa questão foi limitadora na recolha dos casos, obrigando a que fossem analisados os discursos de casos bastante específicos, indo de encontro aos objetivos desta investigação.

Os populismos português e espanhol são bastante idênticos existindo, claro, particularidades inerentes a cada contexto geográfico, social, económico, político. Trabalham para públicos diferentes,

mas com uma crença e intenção comum - a de convencerem o povo de que o populismo é o caminho para a salvação do mundo.

A minha participação no Programa Erasmus 2020/2021 na Universidade da Corunha, em Espanha, proporcionou-me a oportunidade de vivenciar a forma como os movimentos políticos se organizam e a dimensão dos movimentos feministas é notória. As ruas enchem-se de frases escritas nas paredes com gritos feministas, as marchas levam enchentes de pessoas. O dia 25 de Novembro, conhecido em Espanha como o “25N”, realizou-se em 2020, mesmo com contenções devido ao momento pandémico que atravessamos, contudo as comemorações passaram, assim mesmo, uma mensagem fortíssima em memória das vítimas de violência contra as mulheres, entre outros acontecimentos que ocorriam espontaneamente. Faz mesmo parte de um modo de vida – a luta pelos direitos, a valorização de cada voz.

No contexto académico da Universidade da Corunha, frequentei o Mestrado em Sociologia com Especialização em Género e Políticas de Igualdade e, as aulas específicas nessas matérias, deram-me a oportunidade imperdível de estar por dentro do acontecimento e da realidade feminista e política espanhola, que dificilmente algum jornal, artigo ou obra me poderiam dar.

Assim, considero que os objetivos apresentados foram cumpridos e creio que posso ter contribuído para um aprofundamento maior no que diz respeito às duas realidades que foram retratadas.

Espero que possamos ter aprendido com a História, que não percamos a Memória, e “que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre. Porque alguém disse e eu concordo que o tempo cura, que a mágoa passa, que a decepção não mata. E que a vida sempre, mas sempre continua.” (Beauvoir, 1949).

E, continuaremos!

Bibliografia

- Bardin, L. (2009), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2003). *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Zahar
- Bauman, Z. (2004). *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beauvoir, S. (2015). *O Segundo Sexo*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Borrego, L.P. (2010). *Encuadramiento femenino, socialización y cultura en el Franquismo*. Málaga: Centro de Ediciones de la Deputación Provincial de Málaga.
- Canovan, M. (1981). *Populism*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Cobo, R. B. (1995). *"Género". 10 Palabras Claves sobre Mujer*. [s.l.]: Editorial Verbo Divino.
- Cobo, R. B. et al. (2002). *La política sí es asunto de mujeres: testimonios y reflexiones en torno a la participación política de las mujeres*. [s.l.]: Edición Ester Serrano Madrigal.
- Costa, F.D. "A propósito dos debates sobre o populismo." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 12 (2021): 161-179.
- Cuevas, P. C. (2019). *Vox: Entre el liberalismo conservador y la derecha identitaria*. San Sebastián: La Tribuna del País Vasco.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. (2a ed., L. de O. Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Fassin, E. (2009). *Le sexe politique: Genre et sexualité au miroir transatlantique*. France: EHESS.
- Foucault, M. (1998). *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Friedan, B: (1963). *A Mística Feminina*. EUA: W. W. Norton & Company.
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Heras, M.O. (2006). "Mujer y dictadura franquista". [s.l.]. [s.n.].

- Heras, M.O. (2006). "Mujer y dictadura franquista". *Aposta. Revista en ciencias sociales*. n.28.
- Honneth, A. (2006). *La Société du mépris. Vers une nouvelle théorie critique*. Paris : Éditions La Découverte.
- Le Blanc, G. (2009). *L'Invisibilité sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema. O Caso do Chega*. Lisboa: Edições 70.
- Millet, K. (1971). "Sexual Politics". New York: Avon Books.
- Pimentel, I. F. (2000). *História das Organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres. A Obra das Mães pela Educação Nacional. A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Pimentel, I. F. (2007). *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores. Temas e Debates.
- Pimentel, I. F. (2011). *A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores. Temas e Debates.
- Pimentel, I. F. (2014). *As mulheres na História e nas histórias*. Lisboa: Faces de Eva.
- Pinto, J.F. (2017). *Populismo e Democracia. Dinâmicas Populistas na União Europeia*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.; (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rabot, J.-M. (2010). As famílias tribais. In Martins, M. L. (Org.) (2010). *Caminhos nas ciências sociais. Memória, mudança social e razão. Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*. Coimbra: Grácio Editores, pp. 255-270.
- Santos, S. (2003). *Adeus, até ao teu regresso. O Movimento Nacional Feminino na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Selltiz, C. et al. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU.

Simmel, G. (2003). *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes.

Weber, M. (1996). *Sociologie des religions*. Paris: Gallimard.

Xiberras M. (1998). *Les Théories de l'exclusion. Pour une construction de l'imaginaire de la déviance*. Paris: Armand Colin.

Webografia

Agência Lusa. “Portugal não assinou a carta sobre direitos LGBT na Hungria por “dever de neutralidade”. *Observador* de 22 de junho de 2021. Acedido em 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://observador.pt/2021/06/22/portugal-nao-assinou-carta-sobre-direitos-lgbt-na-hungria-por-dever-de-neutralidade/#>

Allcock, J. B. “Populism: A Brief Biography”. *JSTOR* de 3 de setembro de 1971. Acedido em 1 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/42851097?seq=1#metadata_info_tab_contents

Álvarez, S.R. “Las víctimas olvidadas de Franco: violencia sexual, tortura y humillación contra las mujeres” *Infolibre* de 16 de março de 2016. Acedido em 30 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.infolibre.es/politica/victimas-olvidadas-franco-violencia-sexual-tortura-humillacion-mujeres_1_1123992.html

Apter, D. “The Politics of Modernization”. *JSTOR*. 4 de dezembro de 1966. Acedido em 15 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2146912?seq=1#metadata_info_tab_contents

Avó, C. “Lei trans provoca choque no governo espanhol entre grupos feministas e LGBTI”. *Diário de Notícias* de 5 de fevereiro de 2021. Acedido em 20 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/politica/lei-trans-provoca-choque-no-governo-espanhol-e-entre-grupos-feministas-e-lgbti-13317380.html>

Azevedo. C. “História da PIDE”. *RTP* de 1990. Acedido em 30 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/historia-da-pidedgs/>

Borraz, M. “PP y VOX buscan tumbar la reforma que penaliza el acoso a las mujeres que van a abortar”. *Eldiario* de 9 de novembro de 2021. Acedido em 27 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.eldiario.es/sociedad/pp-vox-buscan-tumbar-reforma-penaliza-acoso-mujeres-abortar_1_8472042.html

Câncio. F. “Quando André Ventura achava bem legalizar a eutanásia e o aborto”. *Diário de Notícias* de 16 de maio de 2020. Acedido em 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/16-mai-2020/quando-ventura-achava-bem-legalizar-a-eutanasia-e-o-aborto-12201862.html>

Carneiro, M. “Mulheres de Abril”. *Esquerda. Net* de 21 de maio de 2020. Acedido em 30 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.esquerda.net/topics/mulheres-de-abril>

CHEGA, site oficial. Disponível em: <https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>

DN. “Deputada do VOX compara feminismo a cancro”. *Diário de Notícias* de 15 de novembro de 2019. Acedido em 25 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/deputada-do-vox-compara-feminismo-a-cancro-11518801.html>

Durães, M. “Vox queria apagar uma pintura feminista. Mas “no mural não se toca”. *O Público* de 27 de janeiro de 2021. Acedido em 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/27/p3/noticia/vox-queria-apagar-pintura-feminista-mural-nao-toca-contrariou-comunidade-1948172>

Fassin, E. “A democracia sexual no coração da democracia: a centralidade do género para a leitura do presente”. *SCIELO* de 26 de agosto de 2019. Acedido em 30 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/icse/2019.v23/e190258/>

González, M. “VOX se compromete a dificultar el derecho al aborto y la eutanasia en Madrid”. *EL PAÍS* de 29 de abril de 2021. Acedido em 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://elpais.com/espana/elecciones-madrid/2021-04-29/vox-se-compromete-a-dificultar-el-derecho-al-aborto-y-la-eutanasia-en-madrid.html>

Lusa. “Insulto não diz nada sobre as mulheres, mas tudo sobre Ventura”. *O Público* de 15 de janeiro de 2021. Acedido em 15 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/15/politica/noticia/insulto-nao-nada-mulheres-ventura-defende-marisa-matias-1946545>

Lusa. “Lei húngara que discrimina população LGBT+ é uma vergonha”. *O Público* de 23 de junho de 2021. Acedido em 1 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/06/23/mundo/noticia/lei-hungara-discrimina-populacao-lgbt-vergonha-ursula-von-der-leyen-1967611>

Martín, B. “Crímenes del franquismo: torturas, campos de concentración y fosas”. *RTVE* de 24 de outubro de 2019. Acedido em 2 de fevereiro de 2021. Disponível em:

<https://www.rtve.es/noticias/20191024/crimenes-del-franquismo-torturas-campos-concentracion-fosas/1985046.shtml>

Portaria n.614 de 21 de junho de 2021. “De congratulação pela aprovação na Hungria de legislação que defende a instituição Família.” Acedido em 17 de novembro de 2021. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a566b786c5a79394562324e31625756756447397a51574e3061585a705a47466b5a564268636d786862575675644746794c7a5a685a57597a4d6d557a4c5463305a574d744e446330596931694f44646d4c5449774f445a694d7a593159544d775953356b62324e34&fich=6aef32e3-74ec-474b-b87f-2086b365a30a.docx&Inline=true>

Posada, L. (2019). “El sujeto político del feminismo tienen que ser las mujeres”. *Infolibre* de 10 de abril de 2019. Acedido em 1 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://tribunafeminista.elplural.com/2019/04/luisa-posada-el-sujeto-politico-del-feminismo-tienen-que-ser-las-mujeres/>

Rainho, P. “Fact Check. Chega rejeitou moção para retirar ovários a mulheres que abortam?”. *Diário de Notícias* de 21 de setembro de 2020. Acedido em 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://observador.pt/factchecks/fact-check-chega-rejeitou-mocao-para-retirar-ovarios-a-mulheres-que-abortam/>

Ribeiro, M. J. “Hungria proíbe divulgação de conteúdo LGBT junto de menores de idade”. *O Público* de 15 de junho de 2021. Acedido em 30 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/06/15/mundo/noticia/hungria-proibe-divulgacao-conteudos-lgbt-junto-menores-idade-1966564>

Santos, M. “Como lidar com um populista”. *Diário de Notícias* de 13 de junho de 2020. Acedido em 15 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/13-jun-2020/como-lidar-com-um-populista-12305518.html>

VOX. site oficial. Disponível em: <https://www.voxespana.es/>